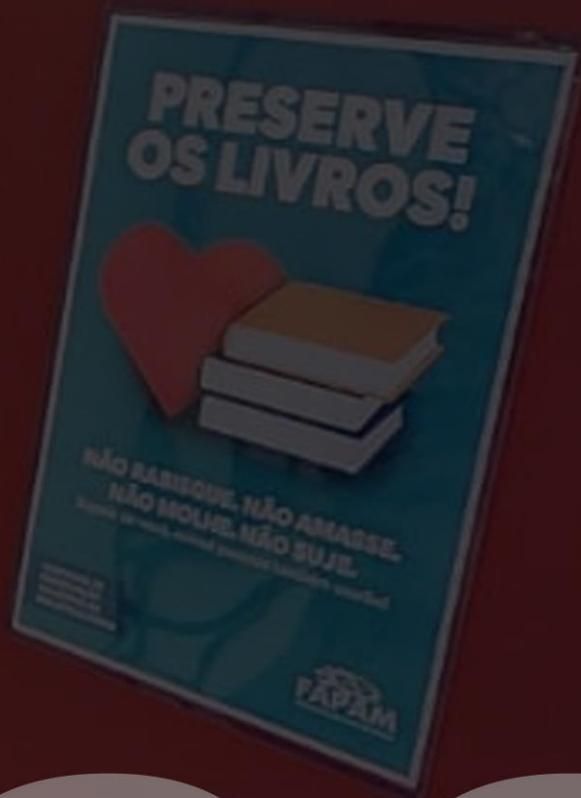


anais de monografias



2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Professor Mello Cançado

M149

Mostra de monografias da Faculdade de Pará de Minas (2022: Pará de Minas).
Anais da mostra de monografias da Faculdade de Pará de Minas, 04 a 05 de julho de 2022; 08 a 10 de agosto de 2022; 19 a 21 de setembro de 2022; 05 a 09 de dezembro de 2022. / Faculdade de Pará de Minas. -- Pará de Minas: FAPAM, 2022.
85 P.

Vários autores.
Vários colaboradores.

1. Monografias. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Título

CDD:001.42
CDU: 003.6

Bibliotecária: Janaína Cunha da Silva – CRB-6/3701

**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA
PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

**DIRETORIA DA
CONFRARIA -
MANTENEDORA
(2022)**

RUA RICARDO MARINHO, 110
BAIRRO SÃO GERALDO
35660-398
PARÁ DE MINAS – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL

31 de janeiro a 08 de agosto
REVMO. PE. LÚCIO FLÁVIO GALVÃO CAMARGOS

09 de agosto a 31 de dezembro
REVMO. PE. EMERSON JOSÉ DA CUNHA

PRESIDENTE

JOSE HELIOMAR CAMARGOS

VICE-PRESIDENTE

MARIA JOSÉ DE JESUS

PRIMEIRA SECRETÁRIA

ANA MARIA MOREIRA DA SILVEIRA

SEGUNDO SECRETÁRIO

PADRE EDMAR ANTÔNIO DE SOUZA

PRIMEIRO TESOUREIRO

FLÁVIO SALGUEIRO MOREIRA

SEGUNDO TESOUREIRO

ALEXANDRE MORAIS DE PAIVA

**FACULDADE DE PARÁ DE
MINAS - MANTIDA
(2021)**

RUA RICARDO MARINHO, 110
BAIRRO SÃO GERALDO
35660-398
PARÁ DE MINAS – MG
(37) 3237-2000

DIRETOR GERAL

PROF. MARCUS VINÍCIUS BARBOSA DE ARAÚJO, ESP.

VICE-DIRETORA

PROF^a. KARINE DÓRIA DE AGUIAR, ESP;

CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)

PROF. MARCUS VINÍCIUS BARBOSA DE ARAÚJO, ESP

**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE)**

PROF^a KARINE DÓRIA DE AGUIAR, ESP.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

PROF. MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA
MORAIS, DR.

CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)

PROF. REINALDO RÍCHARDI DE OLIVEIRA GALVÃO, MSC.



CURSOS PARTICIPANTES DA MOSTRA

BACHARELADO EM DIREITO

PROF. FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO, DR.
COORDENADOR

BACHARELADO EM ENFERMAGEM

PROF. WESLEY SOUZA CASTRO, ME
COORDENADOR

BACHARELADO EM Psicologia

PROF. WESLEY SOUZA CASTRO, ME
COORDENADOR



SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
A APLICAÇÃO E OS LIMITES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DIANTE DOS PRINCÍPIOS JUSLABORAIS	11
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E VALIDAÇÃO DO PROCESSO PENAL.....	12
A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO FISCAL E A INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE.....	13
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MEDIAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS.....	14
INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE DESCAMINHO.....	15
A INFLUÊNCIA DO DEPOIMENTO POLICIAL COMO INSTRUMENTO PROBATÓRIO NOS DELITOS DE DROGAS E SEU REFLEXO NA SELETIVIDADE PENAL	16
A LEGITIMIDADE PROCESSUAL ATIVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE A HIPÓTESE DE INTERPOSIÇÃO PELO CIDADÃO	17
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS E O DIREITO DE IMAGEM: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL	18
A NOVA FACE DO TRABALHO ESCRAVO: O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	19
A ONTOLOGIA DO DIREITO: UMA ANÁLISE SOBRE PRINCÍPIO, VALIDADE E FINALIDADE DA CIÊNCIA JURÍDICA.....	20
A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA FRENTE AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO.....	21
A QUERELA NULLITATIS INSANABILIS FRENTE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	22
A RECUSA DA VACINA CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19) PELO EMPREGADO E A POSSIBILIDADE DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA.....	23
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO DIGITAL INFLUENCER POR SUAS PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS.....	24
A RESPONSABILIDADE CIVIL E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE	25
A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR SOBRE O AUMENTO DO PREÇO DOS PRODUTOS DEVIDO A COVID 19	26
A UTILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL.....	27

ABUSO DE PODER RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES: UM ESTUDO SOBRE AS TESES JURÍDICAS QUE VIOLAM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA	28
ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA	29
APONTAMENTOS CRÍTICOS À ADI 3.510 FRENTE AO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA: UMA PROPOSTA POLÍTICA DE ADOÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS	30
APONTAMENTOS CRÍTICOS E CONSTITUCIONAIS DO ENCARCERAMENTO PERPÉTUO DE DOENTES MENTAIS	31
AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ E A TRANSFUSÃO SANGUÍNEA: QUANDO OCORRE COLISÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUAL DEVERÁ PREVALECER?	32
CONTRATO ELETRÔNICO: CONSIDERAÇÕES SOB A ÓTICA DO PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO NA FORMAÇÃO DO CONTRATO	33
CRIMES CIBERNÉTICOS: LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO	34
DA EXIGÊNCIA DE COMUM ACORDO PARA AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO: CERCEAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA?	35
DANO MORAL DECORRENTE DA HOMOFOBIA NO AMBIENTE DE TRABALHO: CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO	36
DANOS MORAIS EM CASOS DE SÍNDROME DE BURNOUT: UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DO TABELAMENTO NA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO	37
DIÁLOGO COMPETITIVO; A RELATIVIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E A POSSIBILIDADE DE VÍCIOS PROCEDIMENTAIS	38
DIREITOS HUMANOS DOS CARCERÁRIO SOBRE UM SISTEMA IMPROFÍCUO	39
GUARDA E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS EM PROCESSO DE DIVÓRCIO	40
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO: OMISSÃO DA SINGULARIDADE DO OBJETO NA LEI 14.133/2021	41
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DECISÓRIO: AVANÇO OU RETROCESSO DO JUDICIÁRIO.	42
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DE IMAGEM NAS REDES SOCIAIS: ALCANCE E RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL SOBRE O CONTEÚDO PUBLICADO NA INTERNET	43
LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DIREITO À INTIMIDADE	44
MILÍCIA PRIVADA E OS RISCOS À SEGURANÇA PÚBLICA	45
MULHER NO MERCADO DE TRABALHO- A PARIDADE JURÍDICA ANTE A IGUALDADE DE GÊNERO	46
NATUREZA ADMINISTRATIVA DOS CRIMES ECONÔMICOS	47
O ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO DE MINAS GERAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID19 E A INEFICIÊNCIA DOS MÉTODOS LEGAIS DE PROTEÇÃO AO SERVIDOR ...	48

O CONSENTIMENTO NA CIRCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS	49
O DEVER DO ESTADO EM PLANEJAR E EXECUTAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA PROPOSTA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	50
O DIREITO À PRIVACIDADE NA INTERNET	51
O DIREITO PERSONALÍSSIMO AO NOME: É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A RETIRADA DO SOBRENOME PATERNO EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO?.....	52
O INVISÍVEL ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO: ANÁLISE DO SISTEMA PATRIARCAL NOSSO DE TODOS OS DIAS.....	53
O PRINCÍPIO DA LIBERDADE RELIGIOSA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CONFLITO ENTRE OS DIREITOS DA LIBERDADE DE CULTO E DA PROTEÇÃO À SAÚDE PÚBLICA	54
O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE COMO HIPÓTESE DE AFASTAMENTO DA CULPABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO	55
OMISSÃO DE DADOS DA TESTEMUNHA FRENTE AO CERCEAMENTO DE DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL E NO PROCESSO PENAL.....	56
OS IMPACTOS E DELIMITAÇÕES TRAZIDAS PELAS ALTERAÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO ÀS CONDUTAS DOLOSAS.....	57
PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA: ESTUDO ACERCA DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO §2º DO ARTIGO 310 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	58
PROCESSO PARA A SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO BRASIL: PODE SER NEGADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?.....	59
PUBLICIZAÇÃO DE DADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS.....	60
SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO PRESIDENCIAL NO DIREITO COMPARADO: BRASIL E ESTADOS UNIDOS.....	61
TRABALHO INFANTIL E A CONTAGEM DE TEMPO PARA EFEITO PREVIDENCIÁRIO	62
UMA ANÁLISE DO IMPACTO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS DENTRO DOS SISTEMAS ELEITORAIS DEMOCRÁTICOS BRASILEIRO E INTERNACIONAL.....	63
UNIÃO POLIAFETIVA: (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO PELO DIREITO BRASILEIRO.	64
YOUTUBERS MIRINS NO CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA .65	
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.....	66
A ATUAÇÃO HUMANIZADA DO ENFERMEIRO OBSTETRA NO PARTO DOMICILIAR PLANEJADO.....	67
A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DO IDOSO NO CONTEXTO DOMICILIAR.....	68
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE EM TRATAMENTO HEMODIALÍTICO.....	69

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A UM JOVEM DIAGNOSTICADO COM SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (AIDS).....	70
ASSISTÊNCIA IMEDIATA AO RECÉM-NASCIDO NA SALA DE PARTO	71
COVID-19 COMO FATOR DE AGRAVAMENTO PARA A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA.....	72
O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO PARTO HUMANIZADO	74
SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DIANTE DO ATUAL ESTADO PANDÊMICO DE COVID-19.....	75
A EXPERIÊNCIA DO LUTO E SUAS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES DIANTE A PANDEMIA DA COVID 19	76
A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	77
ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA CIRURGIA BARIÁTRICA: A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA OBESIDADE	78
DIÁLOGOS SOBRE O INCONSCIENTE ENTRE FREUD E JUNG E SUAS SIMILARIDADES	79
O BRINCAR TECNOLÓGICO: IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS NAS CRIANÇAS	80
O DESPERTAR DO SENTIDO DA VIDA DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS.....	81
PSICOLOGIA NAS PERIFERIAS: O SUJEITO COMO AUTOR DA PRÓPRIA POLÍTICA DE INCLUSÃO.....	82
SAÚDE MENTAL DA MULHER: IMPACTOS DO MACHISMO E DOS ESTIGMAS SOCIAIS EM SUBDIAGNÓSTICOS	83
TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: CONTRIBUIÇÕES NO TRATAMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	84
UM ESTUDO SOBRE O BEM-ESTAR NO CAMPO DE REFUGIADOS DO MALAWI	85

PREFÁCIO

Quando você lê outro texto científico com o objetivo de entender como que os autores se expressam, quais as expressões que usam, como é o estilo de escrita adotado por aquelas pessoas, se torna muito mais fácil você escrever o seu texto! Quando se está na faculdade, sentimos atraídos por alguma área específica do curso, podendo daí surgir novos estudos, novas abordagens e com isto contribuir de alguma forma com o conhecimento novo. A construção do conhecimento científico é cíclica e envolve todos os atores do processo educativo: professores, orientadores, pesquisadores, discentes. As investigações científicas se mesclam aos problemas teóricos e práticos diagnosticados em sala de aula, na ação de ensino, precípua do ambiente universitário, e investigados empiricamente, para propagar os resultados obtidos à comunidade acadêmica. Assim, com base no tripé que a sustenta: ensino, pesquisa e extensão, aliado à responsabilidade social de partilhar os bens culturais e os saberes construídos na relação professores/alunos/estudos sistematizados na literatura, a universidade se constitui e se renova continuamente.

Um tempo em que se definha o hábito da leitura e o interesse pela pesquisa, para saber que a falta de comunicação eficaz gera estresse e, claro, infelicidade. O verbo perscrutar, que vem do latim, diz muito sobre ir além de mero aprendizado. Aprender, por simples noção, é o primeiro passo antes do aprofundamento. Quem aprendeu a falar e a escrever superficialmente, ao desejar mergulhar na arte de entender e fazer-se mais entendido, perscrutará a língua. Já se diz, há bastante tempo, que o maior mal do ignorante é achar-se sabido.

Conhecimento compartilhado, é um movimento construído no princípio de que todos têm a liberdade de usar, customizar, melhorar e redistribuir o conhecimento. Nas palavras de Lindomar Batista o conhecimento não é para ser guardado a sete chaves e sim para ser compartilhado, dividido, pois conhecimento guardado é igual dinheiro num cofre, perde o valor e não rende nada. Sendo assim, convido você a prestigiar os resumos dos trabalhos científicos, elaborados com desempenho e dedicação por discentes da Faculdade de Pará de Minas, tenho certeza que será uma leitura enriquecedora.

Os Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas é um trabalho apresentado por discentes dos cursos de direito, enfermagem e psicologia com apoio da comunidade acadêmica e demais colaboradores da Instituição. A FAPAM tem como visão promover integração entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a sociedade, trocando experiências técnicas e metodologias

que visam a melhoria da comunidade e a formação de um aluno acadêmico mais humanizado e atento as questões sociais. Acredita-se que a experiência em extensão torna o ensino e a pesquisa mais inovador, aplicado e comprometido com os anseios da sociedade.

Destaco que foi imprescindível a participação do corpo docente e discente da Instituição. Sem o interesse, a dedicação e a responsabilidade destes envolvidos, não seriam atingidas a forma e a qualidade necessárias ao sucesso alcançado.

Finalizo deixando o meu agradecimento ao professor Reinaldo Galvão pela oportunidade, é uma honra prefaciá-los estes Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas do ano de 2022.

Desejo-lhes uma ótima leitura.

Janaína Cunha da Silva

Bibliotecária da Faculdade Pará de Minas

A APLICAÇÃO E OS LIMITES DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DIANTE DOS PRINCÍPIOS JUSLABORAIS

RAFAEL VICTOR SILVA MARQUES¹
rafaelvictorr@hotmai.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

Tem-se por objetivo discorrer sobre a possibilidade de aplicação do instituto dos negócios jurídicos processuais e quais os limites desta aplicação no âmbito do Processo do Trabalho. O Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), em sua natureza cooperativa, ampliou as possibilidades de negociação processual, seja em sua forma típica ou atípica, tornando-se evidente a possibilidade de pactuação de ônus, poderes, deveres e faculdades processuais, consonantes com o modelo democrático de processo. Entretanto, não há disposição na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) acerca da possibilidade de negociação processual e, conforme pronuncia o artigo 769 da referida Lei, na ausência de previsão normativa laboral, aplica-se o direito processual comum como fonte supletiva. Assim, há a discussão acerca da aplicação dos negócios jurídicos processuais no Processo Trabalhista, em razão do seu caráter protecionista, bem como da indisponibilidade que permeia o Direito do Trabalho, visto suas normas imperativas e cogentes e, ainda, pelo fato da Instrução Normativa nº 39/2016 do Tribunal Superior do Trabalho incluir em seu artigo 2º, inciso II, o qual trata da inaplicabilidade ao Processo do Trabalho, o artigo 190 do CPC/2015, nada obstante na prática processual ocorrer o contrário. Desse modo, a pesquisa abordará a possibilidade e os limites da aplicação dos negócios jurídicos processuais no âmbito trabalhista, numa perspectiva analítica dos princípios juslaborais, por meio de uma pesquisa bibliográfica, com método hipotético-dedutivo, tendo-se por relevância a escassa discussão acerca do instituto neste ramo do direito, mas a sua constante aparição neste meio, sendo necessário compreender se há alguma incompatibilidade dos referidos institutos e, na sua aplicabilidade, quais os limites a serem observados.

PALAVRAS-CHAVE: Negócios Jurídicos Processuais; Processo Civil; Processo Do Trabalho; Princípio Da Indisponibilidade; Autorregramento Da Vontade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUCMinas

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E VALIDAÇÃO DO PROCESSO PENAL

ANA LAURA DE FARIA LIMA¹
aninhaf14@hotmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

Tem-se por objetivo discorrer acerca da audiência de custódia como instrumento de efetivação dos direitos humanos e validação do processo criminal. O instituto foi incluído ao Código de Processo Penal a partir do Pacote Anticrime (Lei nº 13.694/2019) e tornou obrigatória a apresentação da pessoa presa à autoridade judiciária, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a prisão em flagrante delito, cautelar ou definitiva. Isso como forma de evitar abusos por parte de agentes policiais, bem como de verificar a necessidade de manutenção da detenção, tendo em vista os outros meios alternativos distintos do calabouço, que contribuem para a política do desencarceramento. Nesse sentido, questiona-se se a não realização da audiência de custódia configuraria lesão a direito fundamental do investigado, passível de nulidade. A metodologia empregada na pesquisa será a hipotética-indutiva, por meio de fontes bibliográficas, legislativas e jurisprudenciais, destinadas a analisar a situação-problema invocada.

PALAVRAS-CHAVE: Audiência De Custódia. Direitos Humanos. Processo Penal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO FISCAL E A INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE

ISABELA DE SOUZA OLIVEIRA¹

bela.olivy@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES²

josehenrique.rodrigues@fapam.edu.b

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar a intervenção do Estado no domínio econômico através dos incentivos fiscais. O trabalho de pesquisa se propôs a identificar quais seriam as consequências geradas pelos incentivos fiscais nas empresas e na sociedade, em geral. Para tal desiderato, algumas questões foram levantadas. Dentro deste contexto, há, realmente, a intervenção do Estado na economia por meio dos incentivos fiscais legalmente instituídos? Quais seriam os princípios que orientam a intervenção? É a intervenção uma medida socialmente benéfica? A metodologia foi exclusivamente bibliográfica, utilizando-se do método hipotético-indutivo. De tudo exposto, conclui-se que o reflexo econômico causado pelos dos incentivos fiscais pode ser notado no aumento do número das oportunidades de emprego, tendo em vista o incremento econômico e o aumento de renda disponível, tudo isso com base nos princípios constitucionais e infraconstitucionais consagrados.

PALAVRAS-CHAVE: Incentivos Fiscais; Reflexo Social; Extrafiscalidade; Isenção.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Público pela PUC

A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DESAFIOS ENFRENTADOS PELA MEDIAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E AS NOVAS TECNOLOGIAS

MATEUS DE SOUSA FERREIRA¹
mateusdesousa1986@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a importância da autocomposição para resolução de conflitos, com destaque a mediação, apresentando sua aplicabilidade em tempos pandêmicos, e os desafios enfrentados com a crise pandêmica do Covid-19, cabe também discorrer sobre a aplicação das tecnologias inseridas nesse período, buscando verificar se a aplicação das tecnologias no ambiente digital são eficazes referente a mediação, pois sabemos que o acesso à justiça, pelas formas tradicionais, tem levado as partes litigiosas a inúmeros transtornos, devido à ineficácia do Poder Judiciário, visa entender sobre os efeitos benéficos dessas tecnologias, também promover formas de tornar menos intenso os efeitos danosos causados por esses problemas.

Para elaboração deste artigo, será utilizada a pesquisa bibliográfica, abordará matérias constitucionais, também estudos de doutrinadores, em relação ao assunto.

A presente pesquisa terá como fundamento o caráter pluridisciplinar, com relevantes pesquisas referentes a mediação, como método de solução de conflitos. Sobre mediação de conflitos, o estudo discorrerá seus aspectos históricos, aplicação e problemas enfrentados pela mesma, devido a implementação de novas tecnologias. Diante disto, este estudo tem o intuito de comentar sobre a morosidade da Justiça, que são fatores importantes em relação à solução dos conflitos, e também destacar a aplicação da mediação nos meios digitais.

Contudo, será mencionado que, a autocomposição na modalidade online, é um grande avanço, mas para que as pessoas, desfrutem dessas facilidades, é necessário a implementação de políticas públicas para prover o acesso as plataformas digitais, para que com isso todo tenham pleno acesso a justiça.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação; Acesso À Justiça; Tecnologia; Covid-19

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE DESCAMINHO

ARTHUR ARAUJO BRITO¹
arthurcejusc@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo abordará a incidência do princípio da insignificância ou da bagatela ao crime de descaminho. O princípio da insignificância teve sua origem a partir de construções jurisprudenciais e doutrinárias, uma vez que não se encontra positivado na legislação brasileira. No entanto, ele já é aceito, atualmente, no meio jurídico com o fim de absolver os acusados de praticarem condutas que atinjam o bem jurídico de forma ínfima, insignificante, desprezível. O crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal, caracteriza-se pelo não pagamento ou pagamento inferior dos títulos devidos pela importação, exortação ou consumo de mercadoria no país, sendo que o agente, ao cometer tal delito, busca burlar a fiscalização aduaneira, omitindo, de forma verbal ou documental, a quantidade importada ou consumida, com o objetivo de pagar um valor menor ou pagar nada a título de impostos. O presente estudo tem por objetivo verificar 1) incidência ou não sobre o débito do descaminho? 2) se positivo, quando o patamar legal de tributos sonegados para fins de sua aplicação: 10 ou 20 mil reais? 3) analisar as decisões do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal em relação a Lei 10.522/2002 e a Portaria 75/2012 do Ministério da Fazenda, a qual a Fazenda Pública considera ínfimo. A metodologia empregada, será a bibliográfica que terá como base obras, artigos e doutrinas referentes ao Princípio da Insignificância e o Crime de Descaminho, bem como o entendimento do STF e STJ.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave. Princípio Da Insignificância. Crime De Descaminho. Jurisprudência Stj E Stf

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

A INFLUÊNCIA DO DEPOIMENTO POLICIAL COMO INSTRUMENTO PROBATÓRIO NOS DELITOS DE DROGAS E SEU REFLEXO NA SELETIVIDADE PENAL

RAPHAEL HENRIQUE SOARES CALDAS¹
raphaelsoares99@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar a influência do depoimento prestado pelo policial como instrumento probatório nos delitos envolvendo a Lei 11.343/06 e como esse fato interfere na seletividade penal brasileira. Será estudada a relevância que o policial ocupa na persecução penal, iniciando no momento em que atua como condutor da prisão em flagrante até o momento em que figura como testemunha. Para tanto, será analisada as provas no processo penal brasileiro, em especial a testemunhal, a fim de compreender como a palavra dos agentes públicos contribui para a condenação ou absolvição nos crimes previstos na Lei de Drogas. Abordará ainda a subjetividade conferida aos policiais, buscando entender de que modo ocorre essa atuação seletiva por parte destes, visto que a legislação não especifica a quantidade a ser considerado usuário ou traficante, e, desse modo, considerando que a grande maioria das abordagens policiais são realizadas em bairros simples que residem pessoas negras e pobres, essa filtragem feita pela polícia é determinante para esse fluxo seletivo do sistema penal. A metodologia adotada será baseada em bibliografia, sendo também descritiva, qualitativa e quantitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Influência; Depoimento; Policial; Drogas; Seletividade Penal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Penal pela PUCMinas

A LEGITIMIDADE PROCESSUAL ATIVA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE A HIPÓTESE DE INTERPOSIÇÃO PELO CIDADÃO

AMANDA GONÇALVES PINTO¹
amandagonncallves@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se analisar a problemática jurídica acerca da legitimidade ativa do cidadão para propositura da ação civil pública. Dessa forma o trabalho será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com método hipotético dedutivo, abordando aspectos doutrinários e constitucionais acerca dessa legitimidade, partindo-se da premissa que a Lei nº 7.347/1985 – que disciplina sobre a Ação Civil Pública, em seu artigo 5º possui um rol taxativo, no qual não inclui a possibilidade da propositura pelo cidadão, e conseqüentemente nem a participação na construção do mérito nos autos processuais. Auferindo-se dessa forma, que o presente estudo efetiva uma análise de constitucionalidade da referida legitimidade ativa e da possibilidade de participação do cidadão no mérito da ação coletiva, para que a decisão final seja construída principalmente por aqueles que sofreram com seus efeitos, uma vez que a exclusão do cidadão do rol de legitimados pode ferir suas garantias constitucionais previstas na Constituição Federal de 1988.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Civil Pública; Legitimidade; Constitucionalidade, Processo Coletivo

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS E O DIREITO DE IMAGEM: UMA ANÁLISE À LUZ DA RESPONSABILIDADE CIVIL

BRUNO DA SILVA MENDONÇA¹
bemag@hotmail.com.br

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

Com foco no direito penal, processual penal, bem como constitucional, o presente artigo tem como objetivo discorrer acerca da influência da mídia no julgamento dos crimes de competência do tribunal do júri, analisando uma possível parcialidade existente no julgamento do conselho de sentença. A Carta Magna prevê a instituição do tribunal do júri como um direito fundamental, que tem por objetivo inserir a sociedade no julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados. Visto isso, a pesquisa abordará a interferência da mídia nas decisões do tribunal de júri, vez que esse meio de comunicação em tempo real influencia pessoas, nas suas tomadas de decisões. Ademais, será demonstrado a forma pela qual a parcialidade presente entre os jurados pode ir ao encontro do princípio da presunção de inocência, causando consequências irreversíveis a vida do sentenciado. Diante disso, a pesquisa apresenta caráter relevante e atual, já que estamos circundados pelas mídias, em que pessoas realizam pré-julgamentos sem considerarem o direito de defesa da parte acusada. Para a elaboração do presente trabalho, será utilizada a pesquisa bibliográfica, em que serão abordadas jurisprudências, matéria legislativa, bem como estudos de doutrinadores sobre o tema do presente artigo. Neste viés, a pesquisa terá natureza interdisciplinar uma vez que estabelecerá relação com outras disciplinas/ramos de conhecimento, como por exemplo, a influência da mídia, que se encontra além do estudado pelo ramo do direito.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal Do Júri; Influência; Mídia, Julgamento, Imparcialidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

A NOVA FACE DO TRABALHO ESCRAVO: O TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL

THOMAZ LUIZ FERREIRA MOREIRA¹
thomazlfm@hotmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo científico tem por objetivo tratar do tráfico internacional de pessoas, com foco na exploração sexual abordando-o como um novo contexto do trabalho escravo e como ele se contextualiza na era globalizada. Esse tema engloba diversas problemáticas, que passa pelo contexto histórico da escravidão, que se inicia na exploração negra e ganha novos cenários com o passar do tempo. A análise sob o ponto de vista jurídico penal brasileiro, examinando o Código Penal brasileiro, juntamente com a lei 13.344 e o Decreto 5.017 no seu texto, além do tratamento jurídico internacional para o tráfico de pessoas com enfoque na Convenção de Palermo, o qual estabelece diretrizes para que cada um dos países assinantes do tratado siga um padrão de enfrentamento adequado. Também serão abordados os fatores facilitadores desta prática, e a violação dos direitos humanos universais e direitos fundamentais que ao serem suprimidos, afastam as vítimas da dignidade humana. Por fim será abordada a prevenção e o enfrentamento no âmbito nacional e internacional assim como a análise crítica da (in) eficácia das políticas de prevenção e contenção adotadas, a fim de apontar as raízes do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico Internacional De Pessoas; Exploração Sexual; Escravidão; Convenção De Palermo; Direitos Humanos Universais; Direitos Fundamentais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

A ONTOLOGIA DO DIREITO: UMA ANÁLISE SOBRE PRINCÍPIO, VALIDADE E FINALIDADE DA CIÊNCIA JURÍDICA

TALISSON SILVA REIS¹
talissonsilva365@hotmail.com

LÚCIO APARECIDO MOREIRA²
lucio.moreira@fapam.edu.br

RESUMO

Esse trabalho tem como intuito investigar o estudo que contribuiu para a formação do pensamento jurídico moderno e sobre as possíveis respostas que permeiam a teoria das quatro causas Aristotélicas. Para encontrar uma solução para essa indagação é necessário fazer um estudo sobre o desenvolvimento das reflexões que envolve ordenamento jurídico para que assim possamos compreender como essas teorias influenciaram as principais obras do direito. A resposta está aliada as condições de tempo e espaço, envolvendo os aspectos sociais, legais e filosóficos que foram discutidos ao longo de séculos.

PALAVRAS-CHAVE: Causas. Jurídico. Filosóficos.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Educação pela UFMG

A QUEBRA DA CADEIA DE CUSTÓDIA FRENTE AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO

FABIANA LUIZA LIMA DE FARIA¹
fabianadelima20099@gmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender a relevância e a autenticidade da prova coletada, bem como o instituto da cadeia de custódia, instituto imprescindível para a validação da prova, suas fases, finalidades e os procedimentos legais acerca da confiabilidade do elemento probatório no que concerne a preservação a prova penal e a eficácia da cadeia de custódia. Nota-se que quando há uma ruptura no caminho que deveria ter sido seguido pela prova, acarretará a a quebra do instituto, a quebra da cadeia de custódia é a ruptura no caminho que deveria ser percorrido para garantir sua preservação. Quando verificada a quebra da cadeia de custódia, tem-se que todas as provas que não foram preservadas serão consideradas inadmissíveis no processo, pois está prova corrompida fere os princípios do Direito Penal e Processo Penal, tais como o contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, vedação a prova ilícita. Na pesquisa elaborada, foram estudados os seguintes pontos metodológicos: Direitos fundamentais na constituição Federal de 1988, aplicabilidade do princípio da prova ilícita, contraditório, ampla defesa, as regulamentações referentes ao tema tratado, as mudanças e inovações advindas da Lei 13.964/19, jurisprudência referente ao tema abordado, teorias adotadas acerca da consequência jurídica da quebra da cadeia de custódia.

PALAVRAS-CHAVE: Cadeia De Custódia; Provas; Direito Penal; Princípios; Processo Penal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

A QUERELA NULLITATIS INSANABILIS FRENTE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

WARLEY EDUARDO DA SILVA¹
warleyezi@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Busca-se entender o conceito, cabimento e natureza jurídica da querela nullitatis insanabilis, que se trata de uma ação declaratória de inexistência, com o principal objetivo de desconstituição da coisa julgada material inconstitucional, infectada de vício transrescisório. O presente trabalho tem como fim o levantamento da questão se o decurso do prazo bienal a que se sujeita à ação rescisória é justificativa suficiente para o não reconhecimento dos vícios insanáveis que maculam toda a coisa julgada. O objetivo da presente pesquisa busca demonstrar de forma clara se a relativização da mesma quando se fala na possibilidade de oferecimento da querela nullitatis sem qualquer prazo que a vincule prejudica à segurança jurídica e para tanto, tentar encontrar a resposta da seguinte questão: A querela nullitatis constitui ofensa ou garantia ao princípio da segurança jurídica? A querela nullitatis é a ação que permite a parte que se sinta prejudicada pela não observância dos seus direitos constitucionais correspondentes ao princípio do devido processo legal, é à última ação possível para a demonstração do vício que macula todo o processo inclusive a sentença, que consequentemente faz com que a coisa julgada se torne inconstitucional, tornando-se assim coisa julgada material relativa, e por fim podendo ser declarada sua inexistência. Acontece que a querela nullitatis insanabilis diferentemente da ação rescisória não possui prazo decadencial para sua propositura. Estando sujeita a coisa julgada se inconstitucional a qualquer tempo. Surgindo assim os diversos entendimentos sobre a questão proposta para o trabalho. Para tanto a metodologia empregada pauta-se na pesquisa bibliográfica e doutrinária, como também em estudo de artigos científicos.

PALAVRAS-CHAVE: Querela Nullitatis Insanabilis; Coisa Julgada Material; Segurança Jurídica; Ação Rescisória.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

A RECUSA DA VACINA CONTRA O CORONAVÍRUS (COVID-19) PELO EMPREGADO E A POSSIBILIDADE DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA.

GUSTAVO HENRIQUE DE ALMEIDA¹
almeidaaccessoria18@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho abordará se tem a possibilidade do empregado ser demitido por justa causa se recusar a tomar a vacina contra o coronavírus. A legislação brasileira não prevê o uso obrigatório da vacina para todos. O Brasil decretou situação sanitária emergencial contra a COVID-19 em 2020, rapidamente medidas de proteção à saúde e segurança tiveram que ser adotadas. Entretanto, é dever do empregador fazer cumprir as exigências sanitárias dentro do local de trabalho. Quanto às normas de segurança colocadas pela empresa, o empregado deve respeitar e cumprir com todas as exigências. Ademais, discute-se sobre se existe alguma limitação do Estado à luz da inviolabilidade do princípio da liberdade individual em face do princípio da coletividade. O artigo abordará a metodologia hipotética dedutiva em consulta a jornais, artigos, revistas, sites, leis, doutrinas e jurisprudências. Como conclusão, existe uma divergência entre a doutrina e as jurisprudências dos estados brasileiros. Embora, o Estado tem o dever de agir e tomar decisões assertivas que coloque em risco à integridade a saúde e a segurança da sociedade. O trabalho buscará apresentar quais são os fundamentos do ordenamento jurídico que devem ser aplicados e que visam garantir o interesse de todos.

PALAVRAS-CHAVE: Justa Causa; Princípio Da Liberdade Individual; Princípio Da Coletividade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUC Minas

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO DIGITAL INFLUENCER POR SUAS PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS.

ARTHUR RIBEIRO DOS SANTOS¹
tst.arthur2015@gmail.com

JÚLIO MORAIS OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Com o avanço das tecnologias, a facilidade de acesso aos aparelhos eletrônicos e a conexão da internet no século atual, nasce uma nova atividade que surge a partir do desenvolvimento e ampliação das redes sociais. Vinculados ao nosso aparelho smartphone praticamente dois terços do nosso dia, com redes sociais instaladas quase que “obrigatoriamente”, dentre elas o Youtube, o Facebook, o Instagram, Tik Tok e o Whatsapp, são algumas das principais formas de consumo de informações na atualidade. Nesse aspecto surgem os digitais influencer como operadores da disseminação das informações, entretenimento e relação de consumo, como reflexo da liberdade de expressão não existe qualquer tipo de controle prévio sobre o conteúdo disseminado. Desta forma, temos como objetivo neste trabalho analisar a responsabilidade desses usuários e operadores das redes sociais quanto as informações por eles disseminadas e principalmente acerca da responsabilidade pelas informações, orientações e recomendações por eles divulgados por meio dos perfis nas redes sociais, sobretudo em razão do amplo alcance que podem ter.

PALAVRAS-CHAVE: Digital Influencer; Influenciador Digital; Responsabilidade Civil, Direito Do Consumidor.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

A RESPONSABILIDADE CIVIL E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE

OSMAR BRAGA¹
osmar999215160@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem por abordagem um estudo acerca da aplicação do princípio da perda de uma chance no direito brasileiro, analisada sob a perspectiva da legislação, doutrina e jurisprudência nacionais e estrangeiras. A perda de uma chance é a perda correspondente a uma vantagem esperada, que poderá ser quantificada economicamente com base na chance perdida. De origem Francesa, esta teoria ganhou adeptos na doutrina e jurisprudência brasileira. A pesquisa tem por objetivo um estudo acerca da teoria da perda de uma chance no direito brasileiro, com uma abordagem no entendimento da jurisprudência pátria. A problemática do estudo apresenta-se a seguinte indagação: é possível a aplicação da teoria da perda de uma chance no direito brasileiro? A metodologia empregada pauta-se em um levantamento bibliográfico em artigos, doutrinas e jurisprudência acerca do tema. Para a realização da pesquisa utiliza-se o método dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Perda De Uma Chance; Danos; Aplicabilidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR SOBRE O AUMENTO DO PREÇO DOS PRODUTOS DEVIDO A COVID 19

TACIANA VILLAÇA DOS SANTOS¹
taciana.villa13@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem por abordagem um estudo sobre a responsabilidade do fornecedor sobre o aumento do preço dos produtos devido a Covid19 com uma abordagem dos reais motivos do aumento abusivo de preços ao consumidor no território brasileiro, por comerciantes, que se aproveitam da escassez de oferta e aumento da procura por produtos, como máscaras, luvas, álcool em gel, dentre outros no período da pandemia da Covid19. Parte-se dos três comandos legais, os incisos V e X do artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor, o artigo 51, inciso IV, do mesmo diploma e o artigo 36, inciso III, da Lei n. 12.529/11, que coíbem práticas abusivas quanto ao aumento de preços. O objetivo da presente pesquisa, pauta-se em um estudo acerca da responsabilidade do fornecedor acerca do aumento de preços dos produtos em decorrência da pandemia do coronavírus no Brasil. A problemática da pesquisa parte da seguinte indagação: a legislação brasileira prevê a responsabilidade do fornecedor sobre o aumento abusivo do preço dos produtos em decorrência da pandemia do Covid19? A metodologia empregada para o presente estudo possui fins descritivos-qualitativos e abordagem dedutiva, tendo sido realizada com base em dados acerca do aumento abusivo dos preços em decorrência da pandemia do Covid19.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia Covid19; Aumento Dos Preços; Responsabilidade Do Fornecedor.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

A UTILIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL

LUIS OTÁVIO LOPES CAPANEMA¹
luisotaviocapanema@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa fará uma abordagem acerca da possibilidade da condenação do réu, utilizando como prova fundamental para motivação do convencimento do magistrado o reconhecimento pessoal e suas consequências. O artigo 226 do Código de Processo Penal traz a possibilidade da utilização do reconhecimento pessoal quando houver necessidade e suas formalidades, que devem ser respeitadas de forma bastante rigorosa. A pesquisa tem por objetivo pesquisar decisões condenatórias no âmbito criminal que utilizou como prova fundamental para motivação do convencimento do magistrado o reconhecimento pessoal. A problemática do estudo apresenta-se a seguinte indagação: existem condenações penais que utilizam como única prova do processo o reconhecimento pessoal do réu? As condenações que não respeitam a formalidade do art. 226 do Código de Processo Penal, podem ser passíveis de reconhecimento de nulidade? Qual a percentagem de erro existente nos reconhecimentos pessoais realizados? A metodologia empregada pauta-se em um levantamento bibliográfico em artigos, doutrinas e jurisprudência acerca do tema. Para a realização da pesquisa utiliza-se o método dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Condenação. Prova. Reconhecimento Facial.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Penal pela PUCMinas

ABUSO DE PODER RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES: UM ESTUDO SOBRE AS TESES JURÍDICAS QUE VIOLAM O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA

SAULO LUIZ SILVA SOARES¹
sauloss2000@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as teses jurídicas acerca do abuso de poder religioso violadoras do princípio da liberdade religiosa. O abuso de poder religioso constitui hipótese de espécie de abuso de poder discutida pela doutrina e pelos tribunais, em que pese não existir previsão legal. A pesquisa aborda os conceitos de abuso de poder no âmbito do direito eleitoral, bem como do princípio da liberdade religiosa. Em continuidade, a pesquisa analisa quais as teses jurídicas defendidas na esfera da doutrina eleitoralista acerca dessa possível espécie de abuso de poder e, em momento oportuno, é realizada a observação de quais posicionamentos vão de encontro ao princípio constitucional da liberdade religiosa. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a doutrina nacional, legislação eleitoral e artigos científicos, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Parte-se da hipótese de que os entendimentos doutrinários que corroboram com a criação desse novo instituto, violam o princípio da liberdade religiosa, uma vez que a legislação eleitoral já prevê sanções para as condutas que, em tese, configurariam o suposto abuso de poder religioso. A pesquisa é relevante para a seara do direito, uma vez que, embora o Tribunal Superior Eleitoral tenha o entendimento que não seria possível a criação do abuso de poder religioso como espécie autônoma do abuso de poder, parte dos autores eleitoralistas defendem a sua existência. Conclui-se, por fim, que as teses jurídicas favoráveis ao abuso de poder religioso violam o princípio constitucional da liberdade religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso De Poder; Religião, Direito Eleitoral; Princípio Da Liberdade Religiosa

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

ALIENAÇÃO PARENTAL INVERSA

RAÍSSA APARECIDA AMARAL¹
amaralayssa2509@gmail.com

SÔNIA CRISTINA MALTA FAGUNDES²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

O propósito do presente trabalho é analisar a possibilidade de responsabilização civil dos filhos nos casos de alienação parental inversa. Visando alcançar o resultado almejado serão utilizados os meios de estudos necessários, bem como os procedimentos metodológicos de natureza exploratória, priorizando as abordagens quantitativas e aplicando o procedimento de pesquisa bibliográfica para coletar dados. Sendo assim, primeiramente a pesquisa conceituará a figura da pessoa idosa, as possíveis consequências do envelhecimento e acerca disso expor os seus direitos previstos na legislação brasileira. Posteriormente, à abordagem se dará com a definição de alienação parental e a alienação parental inversa e suas consequências. Por fim, apresenta-se sucintamente sobre a responsabilidade civil e o mínimo necessário para sua configuração, encerrando com a possibilidade de haver a responsabilização civil subjetiva nos casos de alienação parental inversa.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa Idosa; Vulnerabilidade; Alienação Parental; Alienação Parental Inversa; Responsabilidade Civil.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

APONTAMENTOS CRÍTICOS À ADI 3.510 FRENTE AO DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA: UMA PROPOSTA POLÍTICA DE ADOÇÃO DE EMBRIÕES HUMANOS

LETÍCIA APARECIDA ALVES CAMPOS¹
leticia.alves_@live.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisará os fundamentos constitucionais da ADI 3.510 e a considerada constitucionalidade para utilização de embriões humanos congelados em pesquisa científica e tratamentos terapêuticos, por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, de natureza básica de forma descritiva e qualitativa. Além disso, abordará o entendimento do ordenamento jurídico brasileiro quanto ao direito fundamental à vida e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob a ótica concepcionista de embriões humanos os comparando com a proteção da vida humana desde a concepção nos crimes de aborto e infanticídio. Além disso, fará uma proposta teórica de adoção de embriões humanos congelados como contraponto ao conteúdo decisório da ADI 3.510. E por fim, trará a conclusão acerca do tema abordado evidenciando a omissão e controvérsia do direito brasileiro, bem como a indicação de uma outra alternativa para o destino dos embriões congelados.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Fundamental À Vida, Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana, Embriões Humanos Congelados, Adoção, Concepção, Vida, Célula-Tronco.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

APONTAMENTOS CRÍTICOS E CONSTITUCIONAIS DO ENCARCERAMENTO PERPÉTUO DE DOENTES MENTAIS

PEDRO ASSIS HENRIQUES PEREIRA¹
pedroassis123@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

As garantias fundamentais advindas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como os princípios norteadores do Direito Processual Penal Brasileiro, asseguram ao indivíduo um julgamento imparcial e limitam o poder punitivo do Estado, certificando-o como Estado Democrático de Direito. Esse trabalho apresenta uma análise das aplicações deste poder em pessoas que sofrem de transtornos mentais. As medidas de segurança e as famosas casas de intenção funcionam para segregar esses indivíduos, que são considerados inúteis tanto economicamente quanto socialmente. A segregação de pessoas com transtornos mentais já é objetivo de estudo há muito tempo e continua sendo pauta importante para tornar a sociedade mais inclusiva para esses cidadãos que, como qualquer outro, deveria ter seus direitos fundamentais garantidos. Resta demonstrado, neste artigo, o uso destes mecanismos, por parte do Estado e outras instituições de poder, como a Igreja, como estratégia de controle social e manutenção do poder. A partir de ensinamentos doutrinários, jurisprudenciais, artigos, assim como de análise social aprofundada, a presente pesquisa se propõe a demonstrar a funcionalidade da segregação de doentes mentais como forma de garantir poder nos tempos atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Doentes Mentais; Medidas De Segurança; Encarceramento; Capitalismo.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ E A TRANSFUSÃO SANGUÍNEA: QUANDO OCORRE COLISÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS QUAL DEVERÁ PREVALECER?

LUIZA SANTIAGO PEREIRA¹
lulusantipereira@gmail.com

LÚCIO APARECIDO MOREIRA²
lucio.moreira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo sobre a possibilidade de escolha em relação a transfusão sanguínea quando o direito de expressão religiosa se colide aos direitos fundamentais trazidos no art. 5º da Constituição Federal de 1.988. Os seguidores da religião Testemunhas de Jeová possuem maneiras divergentes de agir e pensar em relação aos demais cidadãos, o trabalho trará discussões entre os limites a liberdade religiosa e ao direito à vida, apontará também posicionamentos doutrinários, jurídicos e bíblicos.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Direito À Vida; Constituição Federal; Testemunhas De Jeová.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Educação pela UFMG

CONTRATO ELETRÔNICO: CONSIDERAÇÕES SOB A ÓTICA DO PLANO DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO NA FORMAÇÃO DO CONTRATO

ANA LUIZA BATISTA FARIA¹
analuizafaria2000@gmail.com

GERALDO LOURENÇO LEITE²
geraldoleite@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa fará uma abordagem acerca do contrato eletrônico sob a ótica do plano de validade do negócio jurídico na formação do contrato. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar o contrato eletrônico e os seus requisitos de validade dentro das relações de consumo. A tecnologia da informação, assumiu um novo paradigma chamado, também, de era digital, como uma de suas marcas mais profundas, tem-se o ciberespaço, que consiste em um novo espaço de comunicação aberto pelas tecnologias da informação e da comunicação, no qual vêm sendo desenvolvidos os mais variados tipos de atividades humanas. Dentre estas atividades, o comércio eletrônico tem sido a mais visada. O envolvimento dos consumidores nesta nova forma de contratar é cada vez maior. Diante desta constatação, o objetivo da pesquisa visa estudar como fica a questão da proteção do consumidor no comércio eletrônico que, por desenvolver-se no ciberespaço, está vinculada às próprias peculiaridades deste novo espaço de comunicação. A problemática apresentada pauta-se na seguinte indagação: como a legislação consumerista atua para proteger o consumidor no mercado eletrônico? Ela se apresenta efetiva frente a esta nova modalidade de contratação? A metodologia adotada para a elaboração do trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica, com a utilização de livros, artigos científicos, leis, julgados e jurisprudências, que são considerados referenciais lógico-científicos para realizar a análise crítica do tema-problema, mediante a construção de análises teóricas e interpretativas.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Mercado Eletrônico; Relações De Consumo; Tutela.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Catarina

CRIMES CIBERNÉTICOS: LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

JÚLIA FÁTIMA FIGUEIREDO¹
juliadireito18@gmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e analisar os requisitos estabelecidos sobre os crimes praticados no meio virtual, causando prejuízo a pessoas que também utilizam desse meio no dia a dia. Será abordado como teve início a era da internet, e o surgimento de tais crimes cometidos por meio desta. Será abordado sobre o lugar de crime e a extraterritorialidade, condicionada e incondicionada do Código Penal Brasileiro. Abordar-se-á também sobre a lei 12.965/2014 que foi o marco na internet e também sobre a lei 12.737/2012, a Lei Carolina Dieckmann, quando foi lançada e o que se deu para ser criada. Também será abordado sobre Deep web e a Dark web, o que contem nestes sites obscuros. Pesquisar-se-á também sobre o limite da liberdade de expressão no meio virtual, até onde vai esse limite para não tirar o direito de outrem e se poderá configurar crime cibernético e por fim o entendimento do Supremo Tribunal Federal em relação à prática de crimes virtuais oriundos do abuso da liberdade de expressão.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Cibernético; Virtual; Internet; Liberdade De Expressão.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

DA EXIGÊNCIA DE COMUM ACORDO PARA AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO: CERCEAMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA?

LETÍCIA COUTINHO FREITAS ALENCAR¹

leticiaalencar779@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²

graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

A implementação da Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004, promoveu, à época diversas alterações no Poder Judiciário, e atingiu inclusive a seara trabalhista, uma vez que ampliou a competência da Justiça do Trabalho e modificou a redação prevista no artigo 114, parágrafo segundo, da Constituição Brasileira de 1988, exigindo o mútuo consenso entre as partes para apreciação do dissídio coletivo. Neste sentido, constitui objetivo geral do trabalho abordar o tema relativo a obrigatoriedade de comum acordo para que haja o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, bem como sua relação com a inafastabilidade do Poder Judiciário. Questiona-se se a exigência de comum acordo para ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica constituiria ofensa ao princípio constitucional do acesso à justiça, e conseqüente supressão de uma categoria em detrimento da outra. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, com a observância da recente decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da anuência prévia, consideradas referencial lógico-científicos no que tange às análises críticas e teóricas sobre o tema-problema proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Comum Acordo; Dissídio, Autocomposição; Poder Normativo

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUCMinas

DANO MORAL DECORRENTE DA HOMOFOBIA NO AMBIENTE DE TRABALHO: CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO

ÁBILA DIAS LEITE MACHADO¹
abiladias20@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Na história humana a discriminação sempre esteve presente, e no decorrer da evolução humana atitudes como estas começaram a ser inaceitáveis, e o mundo começou a adotar medidas com o objetivo de coibir atitudes dessa maneira, e obviamente punir quem as fizesse. Já evoluímos e estamos evoluindo ainda mais, porém longo é o caminho para que se consiga um mundo mais tolerante e igualitário. E para isso, o presente trabalho tem como objetivo a análise do ambiente do trabalho para homossexuais em nosso país, abordando os prejuízos que um ambiente de trabalho tóxico, trazem para a pessoa humana, violando sua dignidade, trazendo prejuízos físicos e psicológicos para quem é vítima desses ataques e para quem convive nesses ambientes. Será abordado quais tem sido os critérios adotados pela justiça brasileira para quantificar os danos causados na vítima, para assim valorar os danos morais.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade. Justiça. Danos. Moral. Trabalho.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

DANOS MORAIS EM CASOS DE SÍNDROME DE BURNOUT: UMA ANÁLISE SOBRE A APLICAÇÃO DO TABELAMENTO NA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO

GUSTAVO HENRIQUE DE LIMA¹
gustavohenrique022@outlook.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar algumas decisões, proferidas pela Justiça do Trabalho, que tratam sobre indenizações por danos morais para o obreiro acometido pela Síndrome de Burnout e que extrapolam o tabelamento da quantificação previsto pelo artigo 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de analisar a (in)constitucionalidade do referido artigo, bem como o Título no qual este está inserido. Tendo em vista a contemporaneidade e relevância do tema, é necessário fazer um estudo, com um olhar crítico, analisando a possibilidade ou não dessas decisões que extrapolam o quantum legalmente previsto, a fim de verificar se tais decisões ferem o ordenamento jurídico pátrio e seus princípios. Para a confecção deste artigo será utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de estudos científicos de pesquisadores referentes no tema, doutrinadores, jurisprudências, o ordenamento jurídico nacional a nível Constitucional e infraconstitucional, notícias e reportagens conexas ao tema. Ao final conclui-se que os dispositivos legais expressos no Título II-A da Consolidação das Leis do Trabalho, inseridos após a reforma de 2017, não devem ser aplicados para indenizações em casos de Síndrome de Burnout em razão da inconstitucionalidade do tabelamento dos danos morais.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome De Burnout; Danos Morais; Tabelamento; Consolidação Das Leis Do Trabalho; Título II-A.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUCMinas

DIÁLOGO COMPETITIVO; A RELATIVIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E A POSSIBILIDADE DE VÍCIOS PROCEDIMENTAIS

CARLOS EDUARDO RIBEIRO ARCANJO¹
caduribeiro.ce@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho visa elucidar a nova modalidade de licitações: O Diálogo Competitivo, introduzida pela lei 14.133 de 1º de abril de 2021 no ordenamento jurídico brasileiro e vislumbrar o procedimento trazido. Buscando-se examinar as origens do novo instituto e elucidar o texto legal, identificando e analisando cada fase do instituto, a fim de tecer comentários de possíveis mazelas do procedimento, buscando entender se a nova modalidade é benéfica ou será um possível instrumento de procedimentos viciosos como o atual cenário vivido no país. Conclui-se que a nova modalidade é necessária para a Administração e supre dificuldades enfrentadas nas licitações públicas, contudo o Diálogo Competitivo tem muito a evoluir e a prática será essencial para a evolução da modalidade, o procedimento se revela um tanto superficial e muitas vezes mostra-se exposto a discricionariedades expondo a Administração para subjetivismos.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogo Competitivo. Modalidade. Lei. Procedimento

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

DIREITOS HUMANOS DOS CARCERÁRIO SOBRE UM SISTEMA IMPROFÍCUO

DOUGLAS WASHINGTON VASCONCELOS¹
Douglas022washington@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação de direitos humanos entre presos sobre um Sistema Improfícuo. A partir deste ponto, este trabalho inicialmente esclarece o histórico e os tipos de sanções penais sob a lei atual, tendo como principais características a prevenção e a ressocialização. No entanto, a realidade é o oposto do que se esperava. Como já afirmado no estudo, a dignidade das pessoas que possuem liberdades privadas em decorrência de suas ações não é protegida. Os presos sofreram muitos incidentes desumanos, como torturas, más condições prisionais e outros problemas, impedindo-os de cumprir o papel de ressocialização da prisão. O método de elaboração deste estudo é o método de pesquisa bibliográfica, que consiste em revelar os pensamentos dos autores que debatem o tema. Os resultados alcançados com este artigo revelam a originalidade em discutir novas alternativas aos objetivos da prisão, que seria a ressocialização.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão, Direitos Humanos, Sistema Improfícuo.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Penal pela PUCMinas

GUARDA E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS EM PROCESSO DE DIVÓRCIO

LUIZA FERREIRA DUARTE¹
luizaferreiraduarte@yahoo.com.br

FABRICIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem por uma abordagem a guarda e a pensão alimentícia para animais domésticos em processo de divórcio. Considerando as novas famílias que vem se formando e a integração dos animais domésticos como parte deste instituto, o ordenamento jurídico brasileiro deve acompanhar a evolução desta nova modalidade familiar e proteger juridicamente estes pets, quando envolvidos nas demandas de dissolução das famílias humanas. O objetivo do presente estudo pauta-se em analisar a família multiespécie, a teoria da senciência no direito brasileiro e a guarda e pensão alimentícias dos animais no processo de divórcio. A problemática da pesquisa pauta-se na seguinte indagação: qual o tratamento dado pela legislação brasileira acerca da guarda e pensão alimentícia de animais domésticos em processo de divórcio? A metodologia utilizada é quanti-qualitativa, para apresentar a realidade em que se encontram as famílias multiespécies e a sua segurança e proteção jurídica. A metodologia empregada, para a realização da pesquisa, possui fins descritivos e natureza qualitativa, será realizado um estudo bibliográfico apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido, no qual abrange livros, artigos de revista, jornais, jurisprudências entre outros. Esse levantamento é de suma importância tanto para os estudos baseados em dados originais. Conclui-se que, tanto a guarda compartilhada de animais domésticos como o direito aos alimentos estão inclusos na obrigação do cuidado e afeto conferidos àqueles que compartilham a guarda de seus animais domésticos.

PALAVRAS-CHAVE: Família Multiespécie; Teoria Da Senciência; Guarda; Pensão Alimentícia; Divórcio.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO: OMISSÃO DA SINGULARIDADE DO OBJETO NA LEI 14.133/2021

LAILA ALVES DUARTE¹
lailaalves99@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O estudo apresentado neste artigo tem a finalidade de pesquisar as determinações estabelecidas pela Lei 14.133/21 para a contratação de serviços advocatícios pela Administração Pública através de Inexigibilidade de Licitação. Será abordado as eventuais mudanças da Nova Lei de Licitações em comparação a Lei 8.666/95, especificamente sobre os requisitos para Inexigibilidade que continua sendo exceção a obrigatoriedade de licitar, contudo sem menção legal do requisito da natureza singular do objeto. A pesquisa contará com entendimentos jurisprudenciais e exemplificações de casos concretos, além de citar as alterações no Estatuto da OAB pela Lei Federal n.º.14.039/20 e seus impactos nas contratações de serviços jurídicos.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Licitação; Inexigibilidade De Licitação; Singularidade Do Objeto; Administração Pública; Serviços Advocatícios; Lei De Licitações.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PROCESSO DECISÓRIO: AVANÇO OU RETROCESSO DO JUDICIÁRIO.

FABIANO AUGUSTO ALVES MENDES¹
fabianoaugusto48@outlook.com

CLENDERSON RODRIGUES DA CRUZ²
clenderson.cruz@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o crescimento do uso da tecnologia na produção e aplicação de decisões no sistema processual brasileiro em consonância com o avanço do judiciário. O objetivo do estudo foi proporcionar enfoque nas principais mudanças trazidas por meio da implementação da inteligência artificial no processo decisório, partindo da hipótese de um sistema processual arcaico com decisões monocráticas para um procedimento democrático com a aplicação da era digital, construindo decisões através de robôs com memória já previamente estabelecida. Deu-se especial ênfase na complexidade para a elaboração de decisão que respeite todos os paradigmas estabelecidas pela legislação brasileira como um todo, para que esta possa atingir o seu status nobre, recebendo a denominação de “decisão democrática”. O artigo, busca além de apresentar estes principais procedimentos, dialogar a respeito dos posicionamentos dos mais diversos autores brasileiros que discorrem sobre o tema, ressaltando os pros e contras de cada um, além de demonstrar todos os critérios utilizados por estes para a construção de um modelo decisório considerado democrático. Trata-se de uma reflexão de todo o processo democrático, iniciando-se nas primeiras concepções de decisão proferidas pelos sábios da época, apresentado a evolução do judiciário com os primeiros modelos de decisão proferidas de forma unilateral, até chegar a uma decisão democrática com a utilização de todos os princípios para nortear a sua construção, até chegar ao objetivo final da presente pesquisa, demonstrando a implantação da inteligência artificial no processo, exemplificando todos os pontos positivos e negativos advindos da implementação deste modelo decisório.

PALAVRAS-CHAVE: Decisão Jurídica; Inteligência Artificial; Tecnologia; Judiciário; Estado Democrático De Direito.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela PUC

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO DE IMAGEM NAS REDES SOCIAIS: ALCANCE E RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL SOBRE O CONTEÚDO PUBLICADO NA INTERNET

ISADORA MENDONÇA PENA¹
isadorapena2010@hotmail.com

JULIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

Com foco no direito constitucional brasileiro e no direito civil o artigo tem por objetivo discorrer sobre o alcance e a responsabilização civil sobre o conteúdo publicado na internet, com fulcro nos direitos à liberdade de expressão e a imagem. A liberdade de expressão, como a imagem são direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, configurando como cláusulas pétreas. Todavia, a Carta Magna, trata estes direitos de forma ampla e geral, sem menções a uma possível mitigação ou limitações de um direito sobre o outro, ou se são absolutos em sua aplicabilidade. Em primeiro momento, o que se pode mencionar é que os direitos não são absolutos e se esbarram nos direitos do outro indivíduo, como será explicitado ao longo deste artigo. Diante disso, a pesquisa apresenta caráter relevante e atual, já que a sociedade hodierna está circundada pela tecnologia e as facilidades vinculadas a ela, mas também as consequências dos excessos praticados. Ademais, será abordado sobre a prevalência do direito de imagem em face do direito à liberdade de expressão, a ponto de ensejar responsabilização civil. Para a elaboração do presente trabalho, será utilizada a pesquisa bibliográfica, em que serão abordadas jurisprudências, assim como seus entendimentos, matéria Constitucional e legislativa, bem como estudos de doutrinadores sobre o tema do presente artigo. Neste viés, a pesquisa terá natureza interdisciplinar uma vez que estabelecerá relação com outras disciplinas/ramos de conhecimento, como por exemplo, a evolução da internet, que se encontra além do estudado pelo ramo do direito.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade De Expressão; Imagem; Internet; Redes Sociais, Responsabilização Civil.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

LIBERDADE DE EXPRESSÃO X DIREITO À INTIMIDADE

RICARDO FRANCISCO DE OLIVEIRA SILVA¹
ricardofranciscodeoliveira@live.com

GIOVANNI VINÍCIUS CAETANO E SILVA²
giovanni.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo analisa conflitos existentes entre o direito à intimidade e a liberdade de expressão com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional. A liberdade de expressão nada mais é do que um direito fundamental do homem. Em relação ao discurso de ódio, temos a internet, que é um fator que nos preocupa, ela é usada para espalhar esses pensamentos de intolerância, raça, religião ou pela orientação sexual. Portanto, deve-se ser criada com urgência medidas que proíbem o espalhamento do discurso de ódio na internet. Entretanto, gera um tremendo conflito com o direito à liberdade de expressão, garantido por diversos documentos e legislações internacionais e de essencial importância para a democracia. Portanto, deve-se fazer um breve estudo acerca da problemática envolvendo a liberdade de expressão e o uso inconsequente da internet, naquilo que interessa ao Direito, em razão dos bens envolvidos serem tutelados pela Constituição Federal. O artigo utilizará o método qualitativo, utilizando diferentes abordagens com a finalidade de produzir informações para melhor compreensão do tema. Utilizará de pesquisas da metodologia bibliográficas, uma vez que será desenvolvida basicamente através de pesquisas bibliográficas em obras de renomados juristas constitucionais, civis e penais além de pesquisas em sites da internet.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade De Expressão; Discurso De Ódio; Internet; Redes Sociais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca (UNIFRAN)

MILÍCIA PRIVADA E OS RISCOS À SEGURANÇA PÚBLICA

LARISSA KAREN DE MELO OLIVEIRA¹
larissakarenina@hotmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de pesquisar sobre a Milícia Privada, sua formação e os riscos que oferecem a Segurança Pública. Por conseguinte, será analisado o risco que sistema implantado pelos milicianos oferece a Constituição Federal de 1988 (CF/88), na qual assegura o Estado Democrático de Direito e a Segurança Pública. A milícia é uma realidade do Estado que cresce incontrolavelmente e sem freios, sendo necessário o controle e a repressão desses grupos organizados. Contudo, os integrantes das milícias são os agentes da segurança pública, o que dificulta a investigação e a punição.

PALAVRAS-CHAVE: Milícia; Segurança Pública; Direito Fundamental; Estado Democrático De Direito; Falha Do Estado.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

MULHER NO MERCADO DE TRABALHO- A PARIDADE JURÍDICA ANTE A IGUALDADE DE GÊNERO

MAÍZA ANGELA LOPES DE FARIA¹
maiza.angela@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a mulher no mercado de trabalho sob a perspectiva da paridade de gênero ante a igualdade jurídica. Em primeiro momento, será traçada a trajetória histórica do trabalho feminino na sociedade brasileira, apreciando a prossecução do trabalho da mulher e suas normas de proteção ao longo do tempo. Em seguida, será apresentado o tratamento normativo brasileiro que se aplica exclusivamente às mulheres que versam, entre outras questões, sobre as diferenças entre jornada de trabalho, regulamentações especiais, proteção à gestante e à maternidade. A terceira parte do trabalho, consistirá em demonstrar a discriminação das mulheres no mercado de trabalho evidenciando a importância de uma sociedade igualitária, e observando o Princípio da Isonomia que norteia esta questão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Igualdade; Mercado De Trabalho; Paridade De Gênero; Discriminação

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

NATUREZA ADMINISTRATIVA DOS CRIMES ECONÔMICOS

HERMES CAMARGOS GARCIA¹
hermescamargos81@gmail.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar criticamente os efeitos de uma política criminal voltada para o âmbito dos crimes fiscais, e o caráter administrativo do bem jurídico tutelado. Visa, ainda, questionar o seguinte: tendo em vista que a cobrança de tributos pode se dar de forma administrativa, a utilização da mão mais pesada do estado, que se faz presente por meio do Direito Penal, pode legitimar a cobrança de tributos, a partir da criminalização dos crimes econômicos? O trabalho apresentará de forma clara e objetiva os principais assuntos relativos ao tema em questão, abordando as áreas do Direito Penal Econômico, diferenciando o ilícito tributário e o ilícito penal e suas sanções, abordando, ainda, a extinção da punibilidade dos crimes tributários em decorrência do pagamento de tributos. Partindo de uma premissa de que o tipo subjetivo necessário para a configuração do crime tributário é o dolo, é imprescindível sua comprovação por meios de provas, cujo ônus pertence ao órgão acusatório. O trabalho também abordará a utilização dos meios de solução consensual de conflitos que são aplicáveis nos crimes contra a ordem tributária, a exemplo do acordo de não persecução penal. A metodologia utilizada foi a teórico-bibliográfica e documental, por meio da pesquisa em doutrinas, jurisprudência e na lei.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Penal; Direito Penal Econômico; Direito Tributário.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

O ASSÉDIO MORAL NO SERVIÇO PÚBLICO DE MINAS GERAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID19 E A INEFICIÊNCIA DOS MÉTODOS LEGAIS DE PROTEÇÃO AO SERVIDOR

ALISSON SOUSA FERREIRA DA SILVA¹
alisson.silva1106@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo utiliza o método hipotético-dedutivo e tem por objetivo principal analisar a eficiência dos métodos de proteção disponíveis ao servidor público do estado de minas gerais, no que tange ao assédio moral, durante a pandemia do covid19. Para isso, apurou-se o contexto histórico da pandemia do covid19 no Brasil e as formas de trabalho adotadas pelo estado de minas gerais durante a situação. Analisou-se bibliografias do Brasil e estrangeiras acerca da história do assédio moral, apresentou-se a sua definição e as modalidades adotadas no Brasil, as formas de prevenção e repressão desta conduta na legislação pátrida. Por fim, verificou-se que as formas de prevenção e repressão utilizadas durante a pandemia foram ineficientes para seu propósito. Pois, esses se mostraram insuficientes para reparar todos os danos causados às vítimas que sofreram assédio moral durante tal período.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Moral; Covid19; Servidor Público; Minas Gerais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

O CONSENTIMENTO NA CIRCULAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

MARINA DE SOUZA ARRUDA¹
marinaarruda1408@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade realizar uma análise e exposição de uma recente lei brasileira, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), como isso afetou os âmbitos de diversas formas no Brasil e como a dignidade da pessoa humana passou a ser mais assegurada depois de tal lei baseando-se em análise realizada sobre o consentimento da pessoa humana e para que serão usadas essas informações; este é o princípio de maior importância para o tratamento das informações pessoais. Com o decorrer do manuscrito, será possível observar a norma de uma forma detalhada, do consentimento e a eficácia da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, a qual retrata sobre a questão das empresas neste contexto e/ou em outros locais de trabalho, buscando levantar indagações e avaliar possibilidade de aplicação da referida lei em favor da pessoa humana e de suas situações existenciais e violação.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção da pessoa humana. Consentimento. Dados Pessoais. Dignidade. Tratamento dos dados pessoais.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

O DEVER DO ESTADO EM PLANEJAR E EXECUTAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA PROPOSTA DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

THALITA DE LIMA ALEIXO SILVA¹
thalitahaleixo@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA²
fabricio.veiga@fapam.edu.br

RESUMO

Analisa-se qual a importância do Estado de planejar e executar políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais, discutindo o que o Estado pode fazer para melhorar a situação de vida dessas pessoas criando e executando diversas políticas públicas para dar uma vida digna para as pessoas em situação de rua, tais como criação de banheiros públicos, moradia popular, cursos profissionalizantes, entre outras. Optou-se metodologicamente pelo método dedutivo e pela pesquisa bibliográfica em livros de direito, em especial constitucional, artigos científicos eletrônicos, site do IPEA e foi utilizado informações da Assistência Social de Itaúna, Constituição Federal, leis e resoluções. Trata-se dos Direitos fundamentais e Estado Democrático, explicando o que são os direitos fundamentais e o compromisso do Estado em garantir esses direitos para as pessoas em situação de rua. Aborda-se quais são os direitos fundamentais que as pessoas em situação de rua possuem e quais vem sendo negligenciados, justifica-se pelo fato dos direitos fundamentais não serem de fato garantidos a essas pessoas. Debate-se sobre o Estado e políticas públicas, aborda-se como o Estado promove a implementação de direitos fundamentais. Tem-se como hipótese que hoje em dia o Estado não possui nenhuma política pública eficaz para as pessoas que vivem em situação de rua. Observa-se a importância da participação das pessoas em situação de rua na construção e execução de políticas públicas visto que atualmente elas não são ouvidas. Objetiva-se responder qual a importância do Estado de planejar e executar políticas públicas realmente eficazes destinadas as pessoas que vivem nas ruas no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas Em Situação De Rua. Direitos Fundamentais. Políticas Públicas. Efetivação. Dever Do Estado.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Processual pela PUCMinas

O DIREITO À PRIVACIDADE NA INTERNET

FERNANDO DA CRUZ DUARTE FELIPE¹
fernandinho.cruzfelipe@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES²
evandro.alves@fapam.edu.br

RESUMO

Tem-se por objetivo discorrer sobre o direito à privacidade no mundo virtual e as suas implicações jurídicas, amparado na Constituição de 1988 e na Lei Geral de Proteção de dados (LGPD). O objeto do trabalho é o estudo sobre a invasão da privacidade dos internautas e se há eficácia em ordenamentos jurídicos nacionais que salvaguardem a sua proteção e segurança. O trabalho é importante e atual, por se relacionar com fato que aumenta no cotidiano das pessoas: o uso e a comercialização de dados dos usuários de internet sem amparo legítimo. Além disso, serão apresentadas algumas reflexões relacionadas à lisura do processo político-democrático brasileiro, na lógica do uso de algoritmos. A metodologia utilizada será a análise de contextos e situações do dia a dia registrados em livros, revistas e artigos científicos, bem como em regramentos jurídicos. O presente trabalho está alicerçado em 4 pilares textuais de referenciais teóricos, o primeiro, o direito à privacidade na internet, o segundo: dados no mundo virtual, o terceiro: a proteção de dados no contexto jurídico e o quarto, a mercantilização de dados em tendências e perspectivas. Como resultado, serão apresentadas propostas de intervenções sociais, bem como um olhar crítico sobre a atual legislação e seus desdobramentos em diferentes contextos sociais, com base no método indutivo do conhecimento científico.

PALAVRAS-CHAVE: Internet; Privacidade; Dados; Brasil

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Universidade de Itaúna

O DIREITO PERSONALÍSSIMO AO NOME: É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A RETIRADA DO SOBRENOME PATERNO EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO?

HÉLIO MODESTO FARIA CORDEIRO¹
helinhomodestocordeiro@hotmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

Tem-se por objetivo discorrer sobre o funcionamento da alteração do sobrenome ou até mesmo sua exclusão, uma vez comprovado o abandono afetivo. O direito ao nome e sobrenome não é apenas concedido por um ordenamento jurídico, tão pouco está somente expresso em algum código, são várias as funções e a importância de se ter um nome que traga representatividade e que o faça ser conhecido e lembrado. Existem possibilidades de mudança de sobrenome no código civil, mas essas possibilidades não são adequadas para a pessoa que sofreu o abandono afetivo, fazendo com que haja a necessidade de um processo oneroso que será pautado ao redor de um trauma vivido ferindo não só o direito ao nome, mas também o direito a integridade física e psíquica. A pesquisa é importante e atual, não apenas por tratar de um assunto a muito tempo negligenciado pelo direito, mas também, por tratar de um assunto que vem sendo mais recorrente em uma sociedade onde a relação familiar tem durado cada vez menos e se tornado cada vez mais conturbadas. A metodologia usada será a pesquisa bibliográfica sendo ponto fundamental para qualquer trabalho, para que assim se tenha melhor apuração dos fatos, não trazendo apenas hipóteses e imaginações. Conclui-se que o trabalho aborda um tema de grande relevância que integra direito com outras áreas de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Abandono; Direito Personalíssimo; Direito Ao Nome; Direito A Integridade Física E Psíquica; Alteração Do Nome

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

O INVISÍVEL ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO: ANÁLISE DO SISTEMA PATRIARCAL NOSSO DE TODOS OS DIAS

ALESSANDRA MÁRCIA SILVA GONÇALVES¹
alegoncalves54@gmail.com

LÚCIO APARECIDO MOREIRA²
lucio.moreira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a discussão a respeito do tema assédio sexual, com base na legislação brasileira. A intenção é que as vítimas possam identificar possíveis situações de assédio dentro do local de trabalho. O tema em tela é de suma importância para os direitos femininos, uma vez que o sistema patriarcal, do qual é enraizado o machismo cultural, estão diretamente ligadas as relações de assédio, no desenvolvimento de uma sociedade patriarcal, onde o homem é considerado o centro, detentor de todos os direitos, a mulher se torna a vítima mais recorrente, sendo ela o lado mais fraco deste relacionamento. O trabalho tem ainda a intenção de abordar possíveis características das

situações, para que a vítima possa identificar precocemente e denunciar seu agressor, além de constatar a importância da responsabilização, tanto do autor quanto da empresa. Essa responsabilidade é forma de prevenir futuros casos dentro do local de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Assédio Sexual, Mulher, Vítima, Ambiente De Trabalho, Sociedade Patriarcal.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Educação pela UFMG

O PRINCÍPIO DA LIBERDADE RELIGIOSA EM TEMPOS DE PANDEMIA: O CONFLITO ENTRE OS DIREITOS DA LIBERDADE DE CULTO E DA PROTEÇÃO À SAÚDE PÚBLICA

JUNIO FREDERICO PEREIRA NEUBANER¹
junioneubaner@outlook.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

O artigo analisa o princípio da liberdade religiosa em tempos de pandemia e o conflito entre o princípio a vida e o princípio da liberdade religiosa. A metodologia utilizada na pesquisa é a teórico-bibliográfica a qual tem como finalidade obter o resultado do entendimento diante do caso concreto entre os princípios da liberdade religiosa e a liberdade à vida. No julgamento da (ADPF) 811, o STF concedeu, suspendendo o decreto 65.563/2021 do Estado de São Paulo e quaisquer outros semelhantes em ação do controle concentrado. Logo após, os ministros entenderam que a liberdade religiosa não seria um direito absoluto e que o direito a vida e à saúde deveriam prevalecer, utilizando como fundamentação o princípio da proporcionalidade, tendo como contribuição o entendimento da (ADPF) 811 em uma situação tão complexa como foi essa que enfrentamos em tempos de pandemia, considerando novas hipóteses que poderão vir a acontecer no futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Liberdade De Cultos Religiosos; Pandemia; Adpf 811.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

O TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE COMO HIPÓTESE DE AFASTAMENTO DA CULPABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

BÁRBARA GONÇALVES REIS¹
barbarareis.10@yahoo.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

Objetiva-se por intermédio deste presente artigo, apresentar uma explicação sobre o transtorno de personalidade borderline, não apenas as explicações do que se trata o transtorno, como também, todos os meios adequados para o tratamento, no qual, quais são as formas de descobrir o surgimento deste, suas principais causas, os principais sintomas, entre diversas outras explicações a respeito. Importante ressaltar que será abordado as classificações jurídicas do crime praticado pelo portador do transtorno, buscando entender se o portador do determinado transtorno tem capacidade de discernimento, entre outros fatores. Finalizando assim, com a explanação se determinado transtorno será classificado como inimputabilidade ou semi-imputabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Borderline; Transtorno; Imputabilidade; Semi-Imputabilidade.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Penal pela PUCMinas

OMISSÃO DE DADOS DA TESTEMUNHA FRENTE AO CERCEAMENTO DE DEFESA NO INQUÉRITO POLICIAL E NO PROCESSO PENAL

VITOR AUGUSTO GONÇALVES COUTINHO BARROSO¹
vitoraugustogcb@outlook.com

JULIA ALVES ALMEIDA MACHADO²
julia.machado@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo busca analisar a possibilidade da utilização da testemunha sem rosto no Processo Penal a luz da Constituição Federal, e do devido processo legal, enquanto forma basilar do Estado Democrático de Direito, e se a relativização da publicidade quanto aos dados daquele que depõe seria uma forma de cerceamento de defesa. A necessidade de explanação de tal tema se dá pela dificuldade de se formar a verdade processual em casos específicos com alto grau de coação cuja testemunha se sente induzido a não falar e o Estado não possui condições de promover doutra forma a segurança dessa. Se utilizará o método pesquisa bibliográfica e levantamento de dados, pelo método hipotético-dedutivo. Conclui-se com o trabalho que não é possível o afastamento do Estado para o processo visto o dever deste de atuar para a formação da verdade processual, portanto busca-se do sopesamento dos princípios que regem o processual constitucional penal e aqueles que fazem parte do contexto da dignidade da pessoa humana” daquele que depõe.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Penal; Direitos Fundamentais; Constituição; Direitos Humanos; Sopesamento De Princípios; Testemunha Velada.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela UIT

OS IMPACTOS E DELIMITAÇÕES TRAZIDAS PELAS ALTERAÇÕES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO ÀS CONDUTAS DOLOSAS

ISABELLE GONÇALVES ARAÚJO¹
isabellegaraujo@live.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

A lei de improbidade administrativa trouxe certa segurança jurídica para a sociedade ante os agentes públicos/políticos eleitos, visto que essa trata das punições em relação às práticas de enriquecimento ilícito, danos ao Erário ou outras irregularidades contra a Administração Pública que atente contra a probidade administrativa. Com a nova alteração, a lei dispõe apenas da modalidade dolosa, deixando de lado a possibilidade de enquadramento em relação às condutas culposas, trazendo limitações e dificuldades quanto à punição dos agentes. Diante de uma análise jurídica primária, há doutrinas que entendem o lado positivo da verificação do dolo nas condutas tendo em vista que improbidade administrativa é diferente de crime e considerando que não existe responsabilidade criminal objetiva. E, de outro lado, as doutrinas que entendem de forma negativa, fazendo com que os agentes mais dificilmente sejam punidos pelos seus atos, não bastando provar somente a culpa tendo que provar o dolo em todos os casos. Entretanto, impõe-se a necessidade de estabelecimento de parâmetros jurídicos para que se vislumbre a possibilidade ou impossibilidade de uma eventual conduta culposa, visto que essa foi suprida pelas novas alterações. Nesse sentido, tem-se a necessidade de uma pesquisa aprofundada para que possamos caminhar consoante com os princípios constitucionais amparados nos direitos sociais, mantendo a integridade do patrimônio público e social. A presente pesquisa propõe a exposição dos elementos dolosos e culposos presentes nas condutas de improbidade administrativa e, posteriormente, uma análise da lei de improbidade administrativa no que tange suas alterações ante sua irretroatividade e ocorrência da aplicabilidade do direito administrativo sancionador e, por fim, a questão principal que permeia o trabalho é se apenas a ocorrência da conduta dolosa irá dificultar a punição dos agentes, e, se o direito administrativo sancionador é submetido à esfera penal e quais são os seus riscos jurídicos e inseguranças junto à LIA.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Administrativo; Improbidade Administrativa; Dolo; Probidade; Administração Pública

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio

PRISÃO PREVENTIVA OBRIGATÓRIA: ESTUDO ACERCA DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO §2º DO ARTIGO 310 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO

ABNER FELIPE MÁXIMO FIGUEIREDO¹
figueiredoabner5@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO²
francisco.neto@fapam.edu.br

RESUMO

A pesquisa estuda a alteração ocorrida no §2º do artigo 310 do Código de Processo Penal (CPP) brasileiro, decorrente da Lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019 (Pacote Anticrime). A prisão deve ser exceção, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, a Constituição de 1988 não autoriza a prisão ex lege, tendo em vista os princípios da presunção de inocência e fundamentação dos mandados de prisão pela autoridade judiciária competente. Dessa forma, com a alteração legislativa referida, conclui-se que o legislador incluiu a prisão preventiva obrigatória no CPP, no momento em que o texto legal diz que, o juiz, ao averiguar certos requisitos, denegará a liberdade provisória automaticamente, dando ensejo à prisão preventiva obrigatória, o que claramente é inconstitucional. Para a análise da problemática apresentada, foi adotada como metodologia, a pesquisa teórico-bibliográfica, utilizando-se livros, doutrinas, leis e jurisprudência. O método hipotético-dedutivo possibilitou a construção de análises teóricas e interpretativas. Conclui-se que a nova redação dada ao §2º do artigo 310 do CPP é inconstitucional, ao instituir a prisão preventiva obrigatória.

PALAVRAS-CHAVE: Medidas Cautelares; Prisão Preventiva; Inconstitucionalidade, Pacote Anticrime.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito Penal pela PUCMinas

PROCESSO PARA A SOLICITAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO NO BRASIL: PODE SER NEGADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

RENATA CRISTINA DE ALMEIDA FREITAS¹
rerrre52@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA²
cid.moura@fapam.edu.br

RESUMO

Neste artigo, foi apresentado um tema de grande importância e com várias decisões que já foi abordado pela nossa Constituição Federal de 1988. Esta constituição veio para inovar o ordenamento jurídico e contemplar os mais diversificados direitos e garantias dos cidadãos, sendo eles individuais e coletivos. Mas, para que seja efetiva a aplicabilidade de tais direitos, reputa-se a necessidade de encontrar meios para conciliar a sua efetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição Federal; Inovar; Direitos; Garantias; Efetiva.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela

Faculdade de Direito do Vale do Rio

PUBLICIZAÇÃO DE DADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

GISELLE DA SILVA ROMUALDO¹
giselleromualdo@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA²
julio.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo traz um estudo bibliográfico, baseado na metodologia dedutiva, partindo da parte geral da lei geral de produção de dados, para a partir desse estudo, abordar a publicização de dados previdenciários para a realização de empréstimos consignados, sem a solicitação do consumidor. Examinando portanto como ocorre a venda desses dados, ou de que maneira os dados taxados como sensíveis, são de fáceis acessos a proprietários e funcionários de financeiras. Portanto tal assunto é de extrema relevância para a população brasileira, já que muitos dos aposentados tem passado por tal situação e não tem orientações de como deve se proceder, já que não possui bibliografias com autores que renome que aborde esse tema. Desse modo, a pesquisa se justifica na necessidade de esclarecimento de aspectos de extrema valia que envolvem o problema que viabiliza o estudo, o qual atina seu cerne no questionamento seguinte: a disponibilização de dados que são considerados sensíveis pela legislação brasileira para a realização de empréstimos consignados estão em consonância com a legislação brasileira? Os funcionários de instituições financeiras podem ser responsabilizados pelas consequências sofridas pelos consumidores? Depois de estudar o tema, podemos perceber que a resposta é negativa, trazendo consigo uma barreira para os direitos dos aposentados.

PALAVRAS-CHAVE: Proteção; Dados; Empréstimos; Responsabilidade; Venda.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito pela Fumece

SUBSTITUIÇÃO E SUCESSÃO PRESIDENCIAL NO DIREITO COMPARADO: BRASIL E ESTADOS UNIDOS.

ESTEVÃO TADEU SARMENTO DE OLIVEIRA¹
estevaopki@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS²
marcio.morais@fapam.edu.br

RESUMO

A linha sucessória presidencial tem como finalidade a continuidade do Estado. Neste sentido, analisar-se-á as hipóteses de substituição e sucessão do Presidente do Brasil e dos Estados Unidos durante o exercício do mandato presidencial, que poderá ocorrer pela renúncia, morte, destituição ou impedimento. Com os avanços tecnológicos na seara da comunicação, torna-se possível a tomada de decisões sensíveis ao Estado de maneira rápida e segura em nível global. Entretanto, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a obrigatoriedade da substituição do Presidente da República em caso de viagens internacionais em missão oficial, havendo sempre um Presidente em exercício no território nacional. Por outro prisma, a Constituição dos Estados Unidos de 1787 não prevê a obrigatoriedade da substituição presidencial em caso de viagens internacionais, podendo o Presidente norte-americano continuar no exercício do cargo mesmo encontrando-se no exterior. Utilizando a metodologia bibliográfica, e tendo em vista a segurança jurídica, política e administrativa, verificará as consequências de sugestão de alteração do texto constitucional brasileiro, permitindo ao Presidente da República permanecer no exercício do cargo mesmo encontrando-se no exterior, em missão oficial, representando a República Federativa do Brasil na qualidade de Chefe de Estado, uma vez que a linha sucessória presidencial deve ter por característica a excepcionalidade, sendo acionada apenas em ultima ratio.

PALAVRAS-CHAVE: Sucessão; Substituição; Impedimento; Brasil; Estados Unidos.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutor em Direito pela PUC

TRABALHO INFANTIL E A CONTAGEM DE TEMPO PARA EFEITO PREVIDENCIÁRIO

ISABELA CRISTINA DE SOUZA FARIA¹
isabelacsfaria1@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo diz respeito à discussão acerca do trabalho infantil e a possibilidade de utilizar do tempo de trabalho exercido na infância para fins previdenciários. Inicialmente, será feito um panorama acerca do trabalho infantil, abordando a legislação existente para proteger o menor, apresentando a respeito da fiscalização para preservar tais direitos, trazendo dados e estatísticas reais divulgados pelo Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Previdência, além de destacar os principais programas de erradicação existente no nosso país. Na sequência, será analisada a possibilidade de utilizar o tempo de trabalho exercido na infância para conseguir o benefício previdenciário, baseando-se em previsões legais, divergências e decisões proferidas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil; Previdência; Benefício Previdenciário

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUCMinas

UMA ANÁLISE DO IMPACTO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS DENTRO DOS SISTEMAS ELEITORAIS DEMOCRÁTICOS BRASILEIRO E INTERNACIONAL

ISADORA BARCELOS VILAÇA¹
isabvilaca22@gmail.com

GIOVANNI VINÍCIUS CAETANO E SILVA²
giovanni.silva@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o impacto de discursos autoritários dentro das democracias presidencialistas brasileira e internacional. A democracia é um modelo de governo onde os cidadãos elegem seus representantes. Já o autoritarismo se baseia na obediência absoluta do indivíduo ao governante que está no poder, indo em direção oposta à liberdade de escolha fornecida pelo sistema democrático. Desse modo, a pesquisa abordará os impactos causados por atitudes autoritárias de governantes eleitos em Estados Democráticos de Direito. Parte-se da hipótese que discursos autoritários enfraquecem a democracia, bem como colocam em risco a estabilidade local, dificultando o diálogo entre polos políticos opostos. A pesquisa é importante e atual, por dissertar sobre um tema contemporâneo: o crescimento de adeptos a práticas autoritárias no âmbito mundial. O artigo terá embasamento bibliográfico, com pesquisa em doutrinas e em leis, utilizando-se do método hipotético-dedutivo. Conclui-se que os discursos autoritários são um risco a liberdades constitucionais garantidas à população, bem como são prejudiciais à estabilidade democrática de um país.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, Democracia, Brasil, Internacional.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Direito Público pela Universidade de Franca (UNIFRAN)

UNIÃO POLIAFETIVA: (IM)POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO PELO DIREITO BRASILEIRO.

GISLENE APARECIDA DE FARIA GUIMARÃES¹
gisleneap98@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA²
sonia.malta@fapam.edu.br

RESUMO

Assim como o Direito, o conceito de família evoluiu ao longo do tempo. Antes do regime democrático, a Constituição Federal de 1967, descrevia que “a família é constituída pelo casamento”. Com a promulgação da atual Constituição Federal de 1988, o conceito de família foi ampliado e passou a ser entendido como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Já não existe mais a admissão da família como sendo aquela advinda do matrimônio, qual seja, monogâmica e entre pessoas de sexos diferentes. O interesse é o de proteger as partes, ou seja, as pessoas que estão no casamento, o entendimento é o de que, se tem afeto, então existe o vínculo conjugal. Perante o exposto, surge o questionamento da (im)possibilidade de reconhecimento da União Poliafetiva como uma modalidade familiar pelo Direito Brasileiro. Parte-se da hipótese de que o legislador não definiu de forma fechada o que é entidade familiar, deste modo, não cabe ao direito brasileiro definir o que é família, e sim reconhecer as modalidades de família constituídas, tendo em vista o exercício de liberdade de escolha das pessoas, uma vez que a monogamia não é princípio jurídico que norteia o direito das famílias. A metodologia utilizada no presente trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica, e o método hipotético-dedutivo. A partir das análises feitas no decorrer da pesquisa, poderemos concluir que o legislador não deve interferir indevidamente nas relações familiares, devendo ele garantir sua proteção, concedendo-lhes liberdade, igualdade, autonomia, dentre outros direitos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Família; União Poliafetiva; Modalidade Familiar; (Im)Possibilidade De Reconhecimento.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestra em Direito

YOUTUBERS MIRINS NO CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL: UM ESTUDO SOBRE A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA

CÍNTIA JAQUELINE GONÇALVES DE JESUS¹
cintiajaquelineadv@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA²
graciane.saliba@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo busca analisar a publicidade realizada por crianças e adolescentes, por meio da internet, na Plataforma Digital Youtube, tendo como premissa a hipervulnerabilidade dos infantes no que concerne às relações trabalhistas. Através de uma análise teórico-metodológica, busca-se compreender o fenômeno da publicidade, sua conceituação jurídica e os princípios a ela aplicáveis, bem como a conjuntura do trabalho infantil e sua proteção jurídica. Esta investigação será realizada, então, no contexto das gravações e do consumismo apresentado pelos infantes na Plataforma Digital Youtube, buscando-se compreender como o trabalho infantil é explorado e veiculado por meio da rede. Em seguida, será analisado o direcionamento da publicidade, procurando-se entender para quais faixas etárias seriam as publicações produzidas na plataforma, assim como a gestão do aplicativo quanto a permissões ou proibições. Por fim, será abordada a questão da publicidade enquanto lazer, brincadeira e em qual ponto sua utilização pode se tornar uma relação de trabalho, bem como a possibilidade de se considerar tais atividades como trabalho infantil. A pesquisa foi baseada em doutrinas e artigos sobre o tema, além da análise de decisões judiciais.

PALAVRAS-CHAVE: Publicidade Infantil. Hipervulnerabilidade. Trabalho Infantil. Relação De Trabalho.

¹ Graduando em Direito pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Doutora em Direito pela PUCMinas

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

DANIEL ANTONIO SILVA GOMES¹
danielantoniosilvagomes@outlook.com

MARCELA MAIA SANTOS SILVA²
marcela.silva@fapam.edu.br

RESUMO

A atenção primária à saúde tem importante papel no país, pois trabalha com a promoção e prevenção da saúde, sendo o Sistema Único de Saúde, SUS, o principal sistema que sustenta as unidades de saúde no país. As unidades de atenção primária, APS, são movidas por uma equipe multiprofissional: o enfermeiro gestor, exercendo uma função de gerenciamento e coordenação, o que o torna peça chave nas APS. O estudo trata de uma revisão integrativa de literatura baseada em 8 artigos que foram submetidos ao teste de relevância para a sua seleção. O estudo concluiu destacando o quão importante é papel do enfermeiro nas unidades básicas de saúde e suas múltiplas funções e, o quanto é importante o enfermeiro estar preparado para estar diante de uma APS, bem como sua influencia no perfil da unidade e na qualidade do serviço prestado à população. Levantou-se a importância do profissional, manter-se sempre atualizado através de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária À Saúde; Gestão De Enfermagem; Sus.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Assistência de Enfermagem Obstétrica pela Santa Casa BH

A ATUAÇÃO HUMANIZADA DO ENFERMEIRO OBSTETRA NO PARTO DOMICILIAR PLANEJADO

THAIS ALESSANDRA FARIA LUCAS¹
thais-enf21@hotmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA²
guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo central demonstrar a atuação do enfermeiro obstetra no atendimento à gestante desde o pré-natal, parto e pós-parto, com enfoque no parto domiciliar planejado assistido por este profissional. Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa com o intuito de mostrar a autonomia, o conhecimento e respaldo do enfermeiro em conduzir um pré-natal de qualidade, assim como prestar assistência ao parto domiciliar de uma gravidez de risco habitual e acompanhar o pós-parto com segurança e qualidade, prestando assistência integral à mulher e ao recém-nascido no próprio domicílio, conduzindo, em tempo hábil, possíveis intercorrências. Os dados foram coletados por meio da busca nas bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Google acadêmico, livros, leis e demais impressos, como cadernos e cartilhas do Ministério da Saúde, usando os seguintes descritores: o enfermeiro obstetra no pré-natal, o enfermeiro obstetra no parto, o enfermeiro obstetra no pós-parto, parto domiciliar, parto domiciliar planejado. Diante de todo embasamento científico apresentado é notório que o profissional enfermeiro obstetra seja qualificado para prestar a assistência ao pré-natal e ao parto domiciliar de maneira qualificada, segura e humanizada.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermeiro Obstetra; Parto Domiciliar; Humanização.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DO IDOSO NO CONTEXTO DOMICILIAR

DALVA MARIA BARBOSA¹

dalvabarbosa7569@gmail.com

KÉSSLEY KÉTTLEN MENDES FERREIRA²

kesselyketlen15@gmail.com

WESLEY SOUZA CASTRO³

wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

O envelhecimento populacional vem se tornando um fenômeno mundial, esse fato se dá pelo aumento da expectativa de vida combinada às quedas acentuadas nas taxas de fecundidade. Com esse fenômeno cresce também a necessidade de uma melhor assistência relacionada às doenças crônicas que são específicas dessa faixa etária, bem como suas complicações. Seguindo essa temática, esse estudo tem como objetivo apresentar a contribuição da Sistematização da Assistência de Enfermagem SAE na promoção da saúde do idoso no âmbito domiciliar, visando assim melhorar a qualidade de vida desses indivíduos, agindo na prevenção de agravamentos em quadros pré existentes. Para concluir o objetivo geral deste estudo, que é apresentar a importância da SAE, foi realizada uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre o tema e concomitantemente um estudo de caso, com uma paciente idosa no contexto domiciliar, sendo implementado a SAE em todos os seus processos. Começando por uma anamnese detalhada da paciente seguida de exame físico, após a obtenção desses dados foi elaborado o processo de enfermagem com diagnóstico, resultado esperado e prescrição de enfermagem. Para finalizar foi apresentado uma análise e discussão sobre os resultados obtidos através dessa intervenção.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Do Idoso. Envelhecimento Populacional. Assistência Domiciliar. Sistematização Da Assistência De Enfermagem. Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE EM TRATAMENTO HEMODIALÍTICO

MARÍLIA MARINA DE FARIA¹

faria.marilia@hotmail.com

NAYARA APARECIDA BARBOSA SANTOS²

faria.marilia@hotmail.com.br

WESLEY SOUZA CASTRO³

wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

A assistência de enfermagem ao paciente em tratamento hemodialítico refere-se ao acompanhamento essencial do enfermeiro ao paciente durante todo o procedimento. O paciente que precisa do tratamento de hemodiálise é portador de Insuficiência Renal Crônica (IRC). A IRC é definida como uma síndrome metabólica que ocasiona a perda lenta, progressiva e irreversível da função renal, considerada uma doença sistêmica decorrente do mau funcionamento dos rins, quando eles não conseguem exercer sua função, ou seja, deixa de remover os produtos metabólicos produzidos pelo corpo ou de realizar sua função reguladora. A IRC compromete com maior intensidade a qualidade de vida do paciente do que outras doenças crônicas. Trata-se de um estudo descritivo que utilizou dados bibliográficos com o objetivo de discutir acerca da importância da assistência de enfermagem ao paciente renal em hemodiálise, considerando os aspectos que envolvem a vida do mesmo e que influenciam em sua qualidade de vida. O estudo constata que a assistência de enfermagem é essencial durante o tratamento, pois é responsável por, desde avaliar o paciente, ao catete ou fístula de hemodiálise, dar assistência enquanto o paciente dialisa até ajudá-lo a compreender as modificações de seu estado de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência De Enfermagem; Hemodiálise; Doença Renal; Qualidade De Vida.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A UM JOVEM DIAGNOSTICADO COM SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (AIDS)

CLEITON DE JESUS BRANDÃO¹

ccleitonbrandao7@gmail.com

MARIA CECÍLIA DE ABREU VILAÇA²

ceciliaabreu15@outlook.com

WESLEY SOUSA CASTRO³

wesley.castro@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a assistência de enfermagem frente a um jovem diagnosticado com Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS), tendo como objetivo apresentar a atuação dos profissionais de enfermagem no cuidado de jovens que vivem com HIV/AIDS, analisando a prestação de serviços por meio destes profissionais. Neste trabalho foi utilizada uma linguagem de forma acessível para coletar certas informações buscando sempre deixar o mais claro possível de se entender. Realizamos um estudo de caso seguindo a metodologia exploratória-descritiva para explicar com mais clareza este estudo. Por meio de uma conversa não estruturada foi investigado junto à enfermeira de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da cidade de Pará de Minas-MG se havia algum jovem portador do vírus HIV assistido por esta unidade. Um jovem foi identificado, o qual aceitou a fazer parte do estudo de caso deste trabalho e, com o intuito de melhorar a qualidade de vida do participante, três prescrições de enfermagem foram apresentadas a ele. Após ter os resultados das três prescrições, este trabalho poderá favorecer aos profissionais de saúde, no auxílio prestado aos jovens com HIV, tendo um olhar mais amplo e mais humanizado. Desta forma, o enfermeiro irá desempenhar um papel importante na relação com o paciente, pois nas consultas de enfermagem realizadas estes profissionais escutarão suas queixas e medos, e conseqüentemente, o paciente deverá lhe relatar a vontade de não seguir com o tratamento; com isso o enfermeiro deverá ter uma conduta mais ética com o mesmo, lhe aconselhando em relação a sua condição de saúde, tendo como foco a melhor forma de se ter a assistência de enfermagem bem estruturada e bem apresentada para os jovens com HIV.

PALAVRAS-CHAVE: Hiv; Sae; Assistência De Enfermagem.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestrado em Enfermagem pela UFMG

ASSISTÊNCIA IMEDIATA AO RECÉM-NASCIDO NA SALA DE PARTO

ANA JÚLIA ARAÚJO BRAGA¹

aninhabraga13@hotmail.com

ISABELLA APARECIDA SILVA FERREIRA²

ferreiraisabella876@gmail.com

SILVIA VALADARES DUARTE³

silvia.duarte@fapam.edu.br

RESUMO

A transição do ambiente intra-uterino para o extra-uterino é um dos períodos mais críticos da vida do ser humano, pois, embora seja um processo natural, representa um acontecimento emocional e fisiológico estressante e exaustivo para o recém-nascido (RN). A enfermagem junto à equipe multidisciplinar, tendo conhecimento das características do recém-nascido e de suas necessidades biopsicossociais, tem condições de minimizar o estresse do neonato durante o cuidado em sala de parto e prestar cuidados necessários em caso de algum RN necessitar de manobras de reanimação, além de procedimentos convencionais. Como objetivo geral propõe-se compreender o atendimento da equipe multidisciplinar ao recém-nascido na sala de parto. Como objetivos específicos: explicar o fundamento do cuidado da enfermagem ao recém-nascido, relatar sobre a importância da assistência imediata ao recém-nascido na sala de parto e verificar na prática o cuidado prestado ao recém-nascido na sala de parto. Trata-se de um estudo exploratório, descrito e qualitativo baseado em uma revisão crítica da literatura associada a uma pesquisa de campo na qual foram entrevistados cinco profissionais envolvidos no trabalho de parto. O cuidado ao RN, imediatamente após seu nascimento e nas primeiras horas de vida, é crucial para sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento saudável e harmonioso. Os principais cuidados imediatos aplicados na prática são, nomeadamente, avaliação das funções cardíacas e respiratórias, avaliação do Apgar no 1º e 5º minuto, administração de vitamina K, credeização, aspiração das vias aéreas e/ou reanimação se necessário, aquecimento do bebê, contato pele a pele, amamentação na primeira hora de vida, clampamento tardio do cordão umbilical, coleta de sangue do cordão umbilical para tipagem e sorologias, antropometria e verificação do peso ao nascimento. Existe certo distanciamento entre as práticas instituídas no momento do parto e os protocolos institucionalizados pela maternidade e ainda entre as recomendações propostas pela literatura. São necessários mais estudos a fim de esclarecer as irresoluções existentes na literatura e guiar os profissionais da área para que os RN possam ser acompanhados por profissionais capacitados com boa qualificação aptos a promover a eles melhores condições de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem Neonatal. Assistência Imediata. Nascimento. Recém Nascido.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Urgência Emergência e Trauma pela PUC

COVID-19 COMO FATOR DE AGRAVAMENTO PARA A HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

SAMUEL AZAFF SOARES BARCELOS¹

samuelazafff1@gmail.com

FLÁVIO LUCAS ALVES DA SILVA²

flavio2222000@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA³

guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar se o COVID-19 é um fator de agravamento para a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Para tanto, uma pesquisa foi realizada na Estratégia Saúde da Família (ESF) Miguel Sabino de Freitas para comparar se os níveis pressóricos dos portadores apresentaram alterações durante os anos. Para tal propósito, uma coleta de dados foi realizada nos prontuários eletrônicos, bem como relatórios da coordenação da Atenção Primária, grupos de hiperdia e aferições pressóricas diárias na ESF Miguel Sabino de Freitas como método de pesquisa. Foi possível observar que o COVID-19 desencadeou alterações nos valores pressóricos no portador hipertenso com mais de 60 anos. O presente trabalho contribui significativamente para a sociedade, pois informa que indivíduos que são portadores da HAS possuem maior probabilidade de agravamento em seu quadro clínico, gerando alterações respiratórias em alguns casos.

PALAVRAS-CHAVE: Hipertensão, Agravamento E Covid-19

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

EFEITOS TERATOGÊNICOS NA MALFORMAÇÃO EMBRIONÁRIA

ELISÂNGELA MARIA DE BARCELOS¹
elisangelabarcelos665@gmail.com
SAULO GERALDINO LEMOS DE ARAÚJO²
saulolaraujo93@hotmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA³
guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar os riscos que o uso de substâncias químicas, ou fatores ambientais, podem agir no organismo durante a gravidez, trazendo malefícios para o embrião e causando malformação, estes fatores são chamados de teratógenos. Os teratógenos agem através de um número relativamente limitado de mecanismo patogênico, produzindo morte celular, alteração no crescimento dos tecidos (hiperplasia, hipoplasia ou crescimento assincrônico), interferência da diferenciação celular ou em outros processos morfogenéticos. Estes afetam eventos básicos do organismo em desenvolvimento e, geralmente, suas consequências atingirão mais de um tecido ou órgão. Promover a saúde no período pré-concepcional é uma forma de contribuir para o sucesso da gravidez, de todo o processo de parto e nascimento e para a redução da mortalidade materno-fetal, uma vez que muitos dos fatores que condicionam negativamente o futuro de uma gestação pode ser detectado, modificado ou eliminado, antes que a mulher engravide. Aos profissionais de enfermagem basta saber ter uma boa conduta e uma capacitação adequada para saber lidar com os familiares diante de um diagnóstico de malformação embrionária, trazendo conforto para os pais e o bem-estar para a mãe.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-Chave: Enfermagem, Malformação Embrionária, Teratogênese.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Graduando em Enfermagem pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROMOÇÃO DO PARTO HUMANIZADO

FRANCIELE ALVES CAMPANHA¹
francielealves98@yahoo.com.br

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA²
guilherme.costa@fapam.edu.br

RESUMO

Historicamente, na antiguidade, a forma de vir ao mundo se dava a partir do parto natural com o auxílio das parteiras e, muitas das vezes, realizado em suas casas, sem o menor suporte para uma emergência obstétrica, caso viesse a ocorrer. Com o advento tecnológico e o avanço da medicina surgem no cenário hospitalar os partos: cesariana, vaginal e o parto humanizado. Humanizar é tornar-se humano. O parto humanizado não faz referência ao local que irá parir, mas sim a forma que a equipe conduzirá esse momento, dando todo o suporte e atenção para essa gestante, além de não possuir intervenções medicamentosas. O estudo em questão tem como objetivo entender a atuação do profissional de Enfermagem frente ao Parto Humanizado. O problema do estudo em questão foi entender a atuação do Enfermeiro durante o parto humanizado, os métodos utilizados não farmacológicos e o processo do parto humanizado, além de, compreender a responsabilidade do profissional de enfermagem frente ao parto humanizado, à saúde das puérperas e recém-nascidos. O estudo aborda uma pesquisa de campo com o intuito de compreender o papel do enfermeiro, suas ações, a importância do mesmo durante o processo de parir e como conduzir esse ato. Para que os objetivos pudessem ser atingidos, foram entrevistados quatro profissionais de enfermagem atuantes na área, que responderam a um questionário semiestruturado sobre o tema parto humanizado. Conclui-se que o parto humanizado é o mais seguro para se dar à luz, entretanto, os profissionais de enfermagem devem-se atentar para a abordagem humanizada e ética à parturiente que não opta ou não consegue evoluir por esta via de parto; estes profissionais necessitam conceder suporte técnico e emocional para o binômio mãe-filho.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Papel Do Enfermeiro. Partos. Parto Humanizado.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Biotecnologia pela Universidade Federal de São João Del Re

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DIANTE DO ATUAL ESTADO PANDÊMICO DE COVID-19.

VITÓRIA EMÍLIA SILVA GOMES¹
vik.gomes27@gmail.com

ALINE CARRILHO MENEZES²
aline.menezes@fapam.edu.br

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo demonstrar como o novo cenário pandêmico prejudicou à saúde mental dos profissionais de saúde, principalmente dos profissionais de enfermagem, pois, geralmente, são os que têm a carga horária mais longa e mais contato com os pacientes infectados pelo vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19. Com a pandemia, vieram mais cobranças e pressão dentro do ambiente hospitalar, o que contribuiu para o surgimento de diversos problemas psicológicos, tais como ansiedade e até mesmo depressão, o que pode prejudicar tanto a carreira profissional, quanto a vida pessoal desses profissionais. Assim, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de um roteiro semiestruturado, com quatro profissionais de enfermagem atuantes na área hospitalar durante a pandemia de COVID-19 para compreender o impacto na saúde mental desses trabalhadores. A coleta de dados foi realizada no mês de junho de 2022, após concordarem em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Outro ponto importante foi conhecer as estratégias individuais e coletivas elaboradas para auxiliar esses profissionais de enfermagem no enfrentamento da pandemia, cenário em que surgiram medos e ansiosos. Conclui-se que os profissionais de enfermagem entrevistados vivenciaram momentos de medos e preocupações em relação à contaminação deles e de seus familiares, além da falta de conhecimento científico sobre o tema, da insegurança e da falta de experiência profissional. Esses profissionais não apresentaram problemas psicológicos diagnosticados durante a pandemia, não houve necessidade de buscarem ajuda especializada e nem de se afastarem das suas atividades laborais. Relataram ausência de estratégias fornecidas pelas instituições de saúde para auxiliar no fortalecimento da saúde mental durante a vivência da pandemia. Portanto, evidencia-se a necessidade da criação de ferramentas individuais e/ou coletivas que auxiliem os profissionais de enfermagem no enfrentamento de problemas psicológicos oriundos do processo de trabalho por parte das instituições de saúde contratantes e dos seus gestores/ administradores.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19. Enfermagem. Pandemias. Saúde Mental. Profissionais De Enfermagem. Saúde Do Trabalhador.

¹ Graduando em Enfermagem pela Fapam

² Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Enfermagem pela UFSJ

A EXPERIÊNCIA DO LUTO E SUAS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES DIANTE A PANDEMIA DA COVID 19

ANA LUIZA GONÇALVES TORRES¹

analuzatorres6@gmail.com

CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA GOMES²

cesarhenriquegomes755@gmail.com

LUCAS RICARDO TOSTA³

lucastosta6@gmail.com

MATHEUS MOREIRA SOBRINHO RAMOS⁴

matheus.moreira.sr@hotmail.com

SUELEN SILVA AGUIAR⁵

suelenroots@hotmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS⁶

marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O luto é considerado um processo vivenciado pelo sujeito não apenas em decorrência da morte de alguém, mas também diante de diversas perdas no decorrer da existência humana, tal fenômeno é experienciado em todas as culturas e pode acarretar fortes sentimentos de sofrimento e tristeza. O contexto pandêmico acarretado pela COVID-19, doença com alto grau de contágio e letalidade, provocou mudanças no cotidiano das pessoas de diversas formas, devido às medidas de segurança sanitária de isolamento e de distanciamento social. Essa pesquisa busca abordar de que modo a pandemia impactou o luto dos sujeitos que perderam seus entes queridos, considerando a impossibilidade de se manter os rituais fúnebres e o contato presencial da rede de apoio, tal como ocorriam antes. Para tanto recorreremos a teóricos que abordaram o tema do luto, como Kübler Ross, Bowlby, Freud, Melanie Klein, e a artigos científicos contemporâneos, no intuito de investigar possíveis especificidades do luto no contexto pandêmico. Tendo em vista a peculiaridade do luto vivenciado na pandemia, ressalta-se a importância das redes de apoio, bem como a compressão das necessidades do sujeito enquanto ser biopsicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Luto; Pandemia; Covid-19

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁵ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁶ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

A IMPORTÂNCIA E OS DESAFIOS DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

GABRIEL DE ALMEIDA SANTOS¹

gbiel1112@gmail.com

HEITOR ARAÚJO NEVES²

Heitoraraujo2013@outlook.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO³

analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

O sistema penitenciário apresenta diversos entraves que dificultam a atuação do psicólogo. Nesse sentido, o presente estudo objetivou identificar a relevância e os principais desafios enfrentados pelo psicólogo para atuar no contexto do sistema prisional brasileiro. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, que permitiu observar que o psicólogo foi inserido nesse cenário para ajudar na ressocialização. Diante de um ambiente que é repleto de caos, sobretudo pela falta de infraestrutura e pela precariedade dos serviços, observa-se que a atuação do psicólogo se torna consideravelmente limitada. Porém, pôde-se concluir que as intervenções psicológicas podem gerar efeitos positivos dentro desse ambiente, ajudando na ressocialização e no alcance do objetivo da pena.

PALAVRAS-CHAVE: Pena; Penitenciárias; Detentos; Psicólogos; Ressocialização.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela PUCMinas

ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA CIRURGIA BARIÁTRICA: A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA OBESIDADE

GIOVANA APARECIDA DE PAULA¹

giovanapaula018@gmail.com

JORDÂNIA APARECIDA GUIMARÃES MAIA²

jordania22guimaraes@hotmail.com

ANA LUIZA SILVA RIBEIRO³

analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

O aumento constante de pessoas que chegam a obesidade se tornou um problema de saúde pública, principalmente por ela levar a graves consequências na saúde do sujeito. Para realizar a cirurgia bariátrica é necessário ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar, incluindo o psicólogo (a), pois este será responsável por avaliar psicologicamente o paciente e investigar se este está apto ou não para realizar a cirurgia. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo abordar os aspectos psicológicos da cirurgia bariátrica e a importância da psicologia no contexto da obesidade. Para isso, o método de revisão bibliográfica é a base do estudo, além do caráter quantitativo e qualitativo. Verifica-se que, a avaliação clínica criteriosa e a avaliação psicológica mais aprofundada dos candidatos cirúrgicos são essenciais para reduzir possíveis complicações no pós-operatório e diminuir o risco do paciente e da equipe envolvida no processo.

PALAVRAS-CHAVE: Obesidade; Bariátrica; Psicologia; Importância Do Psicólogo.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela PUCMinas

DIÁLOGOS SOBRE O INCONSCIENTE ENTRE FREUD E JUNG E SUAS SIMILARIDADES

JONATHAN DE OLIVEIRA JARDIM¹

jonathan.joliveira@gmail.com

JAQUELINE DE CÁSSIA SOUZA MOREIRA²

jaquelinecsmm@hotmail.com

TAUAN WERNECK DE OLIVEIRA MENDES³

tauancursed@gmail.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO⁴

analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

Este artigo propõe discorrer sobre o conceito e a exploração do inconsciente, estudado e pesquisado por Freud e Jung, buscando alguns pontos convergentes nas teorias dos referidos autores. Através de um estudo bibliográfico, foram analisadas as possíveis similaridades relacionadas ao inconsciente, promovendo um debate sobre ambos os teóricos e suas postulações. Incentivar a leitura das obras dos dois teóricos foi um dos objetivos, acrescido de um olhar mais ampliado para os conceitos de Jung, buscando assim trazer um maior reconhecimento de seus trabalhos no meio acadêmico. Suas propostas sobre o inconsciente abarcam um extenso estudo que impulsionou o avanço de novos caminhos dentro da psicologia. Observa-se que muito se discute sobre as diferenças entre os dois teóricos, porém, foi objetivo deste trabalho buscar um encontro entre as semelhanças que existem em seus conceitos acerca do inconsciente.

PALAVRAS-CHAVE: Carl Gustav Jung; Inconsciente; Inconsciente Coletivo; Psicanálise, Sigmund Freud; Similaridades; Arquétipos.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela PUCMinas

O BRINCAR TECNOLÓGICO: IMPACTOS BIOPSIKOSSOCIAIS NAS CRIANÇAS

BÁRBARA CRISTINA PEREIRA MOURA¹

barbaramoura677@gmail.com

RAFAELA MARIA COSTA MELO²

rafaelammcosta@outlook.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA³

marina.almeida@fapam.edu.br

RESUMO

Existem inúmeras definições sobre o que é tecnologia e, um exemplo, seria citá-la como algo inovador, em constante evolução no mundo contemporâneo, permitindo que grande parte das pessoas tenha acesso a essa significativa ascensão tecnológica. O impacto tecnológico pode afetar consideravelmente a comunicação, o trabalho e a diversão de todos, inclusive o brincar infantil. O uso excessivo da tecnologia na hora do brincar pode fazer com que as crianças desenvolvam alguns impactos nas esferas biológicas,

psicológicas e sociais. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo averiguar por meio de uma análise bibliográfica, quais seriam essas possíveis consequências. Como resultado, foi perceptível que o uso da tecnologia na hora do brincar, de forma excessiva e sem monitoramento, pode acarretar consequências no desenvolvimento das crianças. Essas consequências podem repercutir efeitos não somente na fase infantil, mas também em situações futuras. A relevância do artigo surge como uma forma de chamar atenção para os momentos de brincadeira das crianças considerando que o brincar é imprescindível para a infância.

PALAVRAS-CHAVE: Infância Biológica; Infância Psicológica; Infância Social; Brincar; Brincar Tecnológico.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Especialista em Ciências Criminais com contributos de Psicanálise e Psicanálise em Instituições de Saúde pela PucMinas

O DESPERTAR DO SENTIDO DA VIDA DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS

CARLA FABIANA LIMA PEREIRA¹

cflp2307@gmail.com

GEOVANE LAFAIETE RODRIGUES DOS SANTOS²

geovanelafaiete@gmail.com

LAURA KARLA SANTOS FARIA³

laurakarla20111@gmail.com

PRISCILA DE FARIA GALVÃO⁴

priscilagalvao230@gmail.com

SILVIA LUCENA DE VASCONCELOS⁵

slv30121998@gmail.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO⁶

analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

RESUMO

Esse artigo buscou investigar se a constatação da própria finitude por pacientes em cuidados paliativos pode contribuir ou não para o despertar do sentido da vida. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo e que possui como procedimento o método indutivo, a pesquisa contou com uma revisão literária que teve por base livros de autores já estabelecidos no meio acadêmico, bem como dissertações e artigos acadêmicos obtidos por meio dos motores de pesquisa: Google acadêmico, BVS Psi e SciELO. No

decorrer do trabalho foram explanados os temas: i) O conceito de sentido da vida a partir de Viktor E. Frankl; ii) Conceitualização dos cuidados paliativos; iii) Explicação sobre as questões da morte e do morrer; e iv) O papel do psicólogo no auxílio do paciente, familiares e equipe de profissionais envolvidos nos cuidados paliativos. Constatou-se que é preciso considerar a complexidade do paciente diante desse contexto, sendo possível chegar a várias conclusões. Um dos papéis do Psicólogo nesse contexto é atuar na ressignificação da perspectiva do sujeito a fim de dotá-lo de sentido. Além disso, é preciso considerar que a principal função é cuidar, independentemente se irá curar, ou não.

PALAVRAS-CHAVE: Sentido Da Vida; Cuidados Paliativos; Morte E O Morrer; Intervenção Psicológica.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁵ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁶ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela PUCMinas

PSICOLOGIA NAS PERIFERIAS: O SUJEITO COMO AUTOR DA PRÓPRIA POLÍTICA DE INCLUSÃO

ANA CLARA COELHO GONÇALVES¹

ana08004@gmail.com

DÉBORA MARA SEVERINO²

deborah_mara@yahoo.com.br

GUILHERME FERREIRA CARVALHO³

guilfcarv@gmail.com

ALESSANDRA DUARTE DE OLIVEIRA⁴

alessandra.oliveira@fapam.edu.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar a acessibilidade e a coerência das Políticas Públicas de Saúde Mental e a melhor aplicabilidade dos recursos públicos em benefício da população; assim como ressaltar o papel da Psicologia para que os sujeitos que vivem em periferias se sintam incluídos e acolhidos pelas práticas realizadas em programas do sistema. Uma pesquisa quanti-quali foi realizada em três bairros periféricos da cidade de Pará de Minas junto às pessoas que utilizam os serviços públicos de saúde. Uma vez entendida que a participação popular se faz importante para a elaboração das Políticas Públicas de Saúde Mental, como também o envolvimento multidisciplinar da equipe profissional, a informação pode ser mais abrangente e as práticas melhores direcionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Único De Saúde (Sus); Políticas Públicas; Psicologia; Saúde Mental.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Administração pela UNA

SAÚDE MENTAL DA MULHER: IMPACTOS DO MACHISMO E DOS ESTIGMAS SOCIAIS EM SUBDIAGNÓSTICOS

BRUNA PALHARES PRETO¹

bruna-ltd@hotmail.com

GABRIELA BORGES DOS SANTOS²

gabbieborges@hotmail.com

TAÍS APARECIDA MEIRELES³

taismeireles23@outlook.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS⁴

marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender os estigmas sociais e os impactos que a cultura do machismo e a cisheteronormatividade suscitam na saúde mental da mulher, levando a elaboração de possíveis subdiagnósticos – como o Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – que podem ser uma consequência desse cenário. Na pesquisa consideramos o gênero enquanto uma construção social. Dessa forma abordamos as vivências das mulheres cis e trans. Trata-se de um estudo descritivo com a abordagem do tipo qualitativa e a coleta de dados se deu por meio da pesquisa bibliográfica através de livros e artigos científicos. Foi observado que essa temática se faz presente em toda historicidade feminina até os dias atuais, assim como a escassez de interesse científico em relação à saúde mental dessa população. Verificou-se que, apesar do machismo ainda se fazer presente em nosso contexto social, há um movimento de mudança incipiente no intuito de quebrar a visão puramente biologicista em relação à saúde mental. Constatou-se também certa escassez de estudos sobre o tema aqui discutido, o que aponta a necessidade de uma maior produção científica sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Estigmas Sociais. Machismo. Mulher. Gênero. Cis. Trans. Subdiagnóstico. Tdah. Saúde Mental.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: CONTRIBUIÇÕES NO TRATAMENTO PSICOTERAPÊUTICO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

ANDRÉ LUÍS RIBEIRO SIMÕES¹

andysimoes@live.com

MARIA PAULA BORGES SILVA²

mariapaulaborgesilva@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS³

marcelo.campos@fapam.edu.br

RESUMO

O presente artigo diz respeito a Terapia Assistida por Animais (TAA), uma modalidade terapêutica que utiliza de animais para intervenção com pacientes. Esta pesquisa foi realizada por meio de um estudo bibliográfico, com o objetivo de analisar quais são as contribuições da TAA no tratamento psicoterapêutico de crianças com deficiência intelectual. Além disso, buscou-se identificar os benefícios gerados por esta terapia, assim como divulgar a sua prática. Apurou-se que crianças com deficiência intelectual necessitam de uma interação mais lúdica, além de que, é necessário por parte dos profissionais responsáveis por seu tratamento, a utilização de mais ferramentas terapêuticas para intervi-los. Conclui-se, assim, que a TAA é uma grande facilitadora para intervenção com estes pacientes. Vale ressaltar que o campo de estudo sobre a TAA é ainda pouco desenvolvido em nosso meio, apesar de seus possíveis aportes terapêuticos, é pouco conhecida e utilizada, fazendo-se necessário sua divulgação científica.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Assistida Por Animais; Psicologia; Crianças; Deficiência Intelectual.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del Rei

UM ESTUDO SOBRE O BEM-ESTAR NO CAMPO DE REFUGIADOS DO MALAWI

BRENA MAGALHÃES DE OLIVEIRA¹
brenamagalhaes89@gmail.com
DANIELA MARTINS FRANCO DE ALMEIDA²
dmfa2402@gmail.com
GISELE OLIVEIRA DUARTE³
giolidu22@hotmail.com

SAMUEL RODRIGUES FAZENDEIRO⁴
samuel.rodrigues@fapam.edu.br

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo investigar a percepção de bem-estar entre os refugiados do campo Dzaleka, no Malawi-África, através da percepção de profissionais de saúde que atuam no local. Investigou-se os fatores que contribuem para o bem-estar dos refugiados e sua relação com a filosofia Ubuntu. Realizou-se uma pesquisa qualitativa de abordagem metodológica indutiva; a coleta dos dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, de modo virtual, as quais foram analisadas por meio da Análise do Discurso. A partir do material coletado com os profissionais da saúde e um líder comunitário do campo de refugiados, foram elaborados três tópicos com os seguintes temas: a percepção do bem-estar; fatores que contribuem para o bem-estar dos refugiados; e a filosofia Ubuntu e as relações sociais. Verificou-se através das análises a existência de uma relação entre o bem-estar, no que diz respeito a importância das relações positivas, e a filosofia Ubuntu, que preza pelo coletivo, contribuindo para a forma como a comunidade de refugiados se sente.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Bem-Estar; Refugiados; Psicologia Positiva; Ubuntu.

¹ Graduando em Psicologia pela Fapam

² Graduando em Psicologia pela Fapam

³ Graduando em Psicologia pela Fapam

⁴ Professor da Faculdade de Pará de Minas - Mestre em Ciências da Religião pela PUCMinas